



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE SAÚDE, PROMOÇÃO SOCIAL, TRABALHO E MULHER

PRESIDENTE: EDIR SALES

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
DATA: 19 DE FEVEREIRO DE 2020

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Intervenção, expressão ou palavra ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Natalini) – Boa tarde, senhoras e senhores. Vamos iniciar nossa audiência pública da Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher.

Presentes os Vereadores Natalini, na presidência dos trabalhos, as Vereadoras Noemi Nonato, Juliana Cardoso e o Vereador Celso Giannazi.

Foram convidados o Secretário Municipal de Saúde, que fará a apresentação da prestação de contas; o Promotor do Ministério Público do Estado e o Conselho Municipal de Saúde.

O Secretário Edson Aparecido já está na mesa conosco. Convido o Sr. Francisco Freitas, Coordenador Adjunto do Conselho Municipal de Saúde, para compor a Mesa como convidado da Comissão.

Como sempre acontece, vamos dar um tempo para o Secretário fazer a sua apresentação. Vamos combinar com o Secretário para que use 30 minutos para fazer a apresentação do último trimestre.

Depois vamos passar a palavra, pela ordem, aos Srs. e Sras. Vereadoras; ao Conselheiro e em seguida peço para quem quiser se inscrever; representantes e pessoas presentes; que o faça na secretaria e vamos ouvir a opinião dos que estão aqui hoje nesta audiência.

Tem a palavra o Secretário Edson Aparecido, para fazer sua apresentação da prestação de contas da Secretaria Municipal de Saúde.

O SR. EDSON APARECIDO – Boa tarde a todos. Cumprimento o Vereador Gilberto Natalini, que preside neste momento a apresentação da prestação de contas da Secretaria de Saúde; as Vereadoras Juliana Cardoso, Noemi Nonato e o Vereador Celso Giannazi; os membros dos conselhos gestores das unidades de Saúde e a nossa equipe da Secretaria de Saúde.

Vou procurar fazer uma apresentação o mais rapidamente possível, porque a solicitação na última apresentação nossa foi que pudéssemos, inclusive, ter um prazo maior de tempo para que o conjunto das perguntas e dúvidas pudesse ser feita por parte daqueles que

acompanham a explanação.

- O orador passa a se referir a imagens exibidas na tela de projeção.

O SR. EDSON APARECIDO – No primeiro *slide* vamos ver todo o processo de arrecadação que tivemos no terceiro quadrimestre de 2019; as receitas correntes líquidas, as receitas de transferência, tudo aquilo que compôs o conjunto do orçamento do Município. É possível verificar que, no final, no último quadrimestre, houve um avanço na arrecadação do município, por conta de uma série de ações do Sr. Prefeito, da Secretaria Municipal da Fazenda, o que possibilitou esse incremento no último quadrimestre. Isso é em termos dos recursos aplicados na Saúde, naquilo que houve de empenho, naquilo que foi liquidado, e a porcentagem que isso significou em cada área.

Das despesas correntes líquidas do município, nós tivemos empenhos na ordem de 11,229 bilhões, em números gerais. Foram liquidados cerca de 10,829 milhões de reais. Quer dizer, nós conseguimos fazer a aplicação de praticamente 98,04% daquilo que foram os recursos destinados à Secretaria de Saúde.

No que tange às despesas de capital, com desapropriações e novas aquisições, também chegamos a um patamar de 64%. Portanto, o total das despesas que nós tivemos, na Saúde, empenhadas e liquidadas, alcançamos um patamar de 96,92%. A diferença disso fica como restos a pagar.

Quanto ao total de receitas arrecadadas e despesas empenhadas, no terceiro quadrimestre, se pegarmos toda a arrecadação do município, foram consumidos, na área da Saúde, 19,37%. Do que foram as despesas empenhadas e a receita realizada, então chegamos a 19,37%.

No próximo *slide*, a gente pode ver a separação despesa, órgão por órgão. Do fundo municipal de Saúde, nós tivemos 9,596 bilhões de reais, com uma liquidação em torno de 9,271 bilhões de reais, uma realização em torno de 96,45%.

Na área da autarquia, nós tivemos despesas empenhadas na ordem de 1,565 bilhão de reais, com um liquidado em torno de 1,471 bilhão; e 99,59% daquilo que foi destinado

à autarquia conseguiu ser realizado. No Hospital do Servidor Público, no HSPM, nós tivemos empenhados 317 milhões, em números gerais, para uma liquidação de 293 milhões de reais, ou seja, uma realização em torno de 98,4%. Somado a essas porcentagens de realização, a gente vai ter aquele número inicialmente que eu me referi, de 96,92% do que foram os recursos destinados à Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Natalini) – Sr. Secretário, só um minuto. Eu vou passar a presidência à Vereadora Edir Sales.

- Assume a presidência a Sra. Edir Sales.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Obrigada, Sr. Secretário, por estar hoje já prestando conta dos últimos quatro meses de 2019. Estaremos acompanhando até o encerramento,- eu sei que há muitas coisas para falar.

Muito obrigado pela sua vinda, Sr. Secretário.

O SR. EDSON APARECIDO – O outro *slide* diz respeito à execução orçamentária, fonte a fonte do Tesouro. Nós tivemos empenhados, no total, 8,868 bilhões de reais, com a liquidação que eu já havia mencionado, de 8,525 bilhões. Portanto, 98,99% do orçamento foram executados. Na área federal, nós tivemos repasses na ordem de 2,572 bilhões, com uma liquidação de 2,486 bilhões de reais, 95,84%, até porque aqui se encontram as emendas, e nelas nem sempre a transferência se dá no mesmo exercício; e, de fonte estadual, 9,751 milhões de reais, com uma liquidação de 7,102 milhões de reais. Aqui praticamente liquidamos o que nós recebemos do Estado. Na composição do conjunto do orçamento de 2019, é possível nós verificarmos os valores reais, totalmente atualizados, o orçamento de 11,844 bilhões de reais; e 75,6% desses recursos são oriundos de fonte 00 do Município; 22,7% são de fonte federal e 0,06% são de fonte estadual. Nós tivemos 9,8 milhões de alienações. Aqui é a venda daquele terreno, cujo recurso foi para as obras do Hospital da Brasilândia e demais fontes. Então, aqui, do pouco que a gente vem colocando já há algum tempo, parte significativa

de todas as ações do SUS, na cidade de São Paulo, são sustentadas por recursos do Tesouro do município.

O próximo quadro mostra um pouco a evolução da execução orçamentária de 2008 até 2019. Nós tivemos um acréscimo. Isso a gente já havia colocado há algum tempo, há pouco mais de vinte anos. O orçamento do município, na área da Saúde, recebia, na sua composição, 29% de recursos federais. Isso foi caindo ao longo do tempo. A União foi se afastando do financiamento público da Saúde. Essa é uma constatação fácil de ser feita. Tivemos um aumento praticamente de 3%, no ano passado, por conta das emendas federais. Para se ter ideia, só na autarquia municipal, nós tivemos 28,745 milhões de reais de emendas federais. Isso nos ajudou muito, sobretudo em recomposição de teto, uma coisa que não acontecia há muito tempo. Então, nós conseguimos aumentar, no ano de 2019, o repasse em torno de mais de 3% dos recursos federais para a Saúde no município. Esses recursos, na autarquia, foram utilizados, sobretudo na compra de equipamentos, na renovação de equipamentos na autarquia.

Depois há a especificação unidade orçamentária, por unidade orçamentária, no que diz respeito às seis coordenações de Saúde, ao fundo municipal, ao Hospital da Cachoeirinha, ao HSPM e à autarquia municipal. As transferências, fundo a fundo, também há a nível federal. Aí é possível verificarmos o bloco todo. Conseguimos fazer a execução de 97,2% de tudo que veio de recursos do Governo Federal. Vemos o bloco de atenção básica, de média e alta complexidade, de vigilância em saúde, de assistência farmacêutica de gestão e o bloco de investimentos e também de outros convênios.

O mais importante é a gente realmente salientar que naquilo que veio de recursos do Governo Federal, da esfera federal, da União, nós conseguimos fazer uma execução que ultrapassou 97% do recurso que chegou. Isso não é uma coisa fácil. Assinar, ter as portarias de habilitação realizadas pelo Ministério da Saúde e depois ter as portarias de pagamento realizadas pelo Ministério da Saúde não são dificuldades fáceis de serem ultrapassadas.

Então, chegar a esse nível, há de se destacar aqui que a gente poderia inclusive

umentar, porque nós tivemos, por parte do Ministério da Saúde, habilitação de 57 serviços na área de saúde mental, que a Prefeitura bancada exclusivamente com recursos municipais. O Ministério habilitou esses serviços de saúde mental, mas não publicou a portaria de pagamento. Habilitou o serviço, mas não pagou. Então, o Município continuou pagando, e a gente deve chegar agora, no final de abril, a cem unidades de CAPS na cidade de São Paulo, tudo com recurso do Município. A União habilitou o serviço, mas não fez a portaria de pagamento do serviço. Então, a gente continua aguardando esse repasse.

O bloco estadual também está colocado aqui. Nós tivemos uma assinatura de convênio, que está sendo feito com o repasse agora, no dia 27 de fevereiro. São 60 milhões de reais divididos para o custeio do Hospital de Parelheiros e do Hospital de Ermelino Matarazzo. São 270 milhões ao todo, repassados pelo Governo do Estado. Os primeiros 60 milhões chegam agora, no dia 27, parte deles para manutenção do Hospital de Ermelino e parte deles para a implantação do Hospital de Parelheiros, que a gente entrega agora, em abril, com três andares novos para o Hospital de Parelheiros.

Nesse outro *slide*, que é o detalhamento das despesas da secretaria, execução por grupo de despesa, aí nós podemos ver tanto da secretaria, da autarquia e do HSPM aquilo que é pessoal, auxílios e encargos, aquilo que são os contratos de gestão e convênios, prestadores do SUS, materiais médico-hospitalares, medicamentos, investimentos e outros que perfazem o total de 9,597 bilhões de reais.

Vocês podem notar que pessoal e auxílios são 2,381 bilhões de reais; contratos de gestão e convênios são 5, 441 bilhões de reais; prestadores do SUS 1,32 bilhão de reais; materiais hospitalares, 319 milhões; medicamentos, 455 milhões e outros investimentos, 251 milhões. Essa é a execução orçamentária para o grupo Despesa.

Há o detalhamento que também é bastante grande que é o repasse financeiro a entidades e organizações sociais, uma a uma, quase todas elas com execução de 100%. Depois, no segundo bloco, também são organizações sociais, entidades prestadoras de serviço, em que quase todas chegaram a um nível de execução de 100%.

Os contratos de gestão e convênios que estão na área da autarquia, um a um, hospital por hospital, onde também é possível se ver não só os valores, mas, também, aquilo que foi empenhado, praticamente, todo ele realizado, nos hospitais como o de Cidade Tiradentes, o Programa Mãe Paulistana, a região do M'Boi Mirim e o seu hospital, o Hospital Menino Jesus, o Centro Escola da Barra Funda, administrada pela Santa Casa, o São Luiz Gonzaga, o Vermelhinho e o Hospital de Parelheiros.

Depois, como a gente vai disponibilizar todo esse material para a Comissão, Sr. Presidente, e, também, está no *site* da Secretaria, e, ontem, foi apresentado no Conselho Municipal, cada pessoa poderá depois ter esse detalhamento.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Informo a presença do Vereador Eduardo Matarazzo Suplicy.

O SR. EDSON APARECIDO – Obrigado pela presença, Vereador.

Os repasses a prestadores de serviço, no próximo *slide*, com tudo detalhado, tanto nos valores, quanto à porcentagem de liquidação. É possível vocês perceberem isso. Esses números, nesse detalhamento, acabam na somatória fazendo aquele número principal de uma execução orçamentária que ultrapassou 97% do orçamento da saúde.

Isso, para uma área que envolve muito três esferas do Poder: União, Estado e Município, com a quantidade de serviço que nós temos na Secretaria, com mil equipamentos instalados, 19 hospitais mais um a partir de abril, fazer a execução orçamentária disso, com processos todos definidos por legislação de licitação, acompanhamento de Ministério Público, não é fácil. É um grande desafio.

As ações e os serviços públicos em Saúde... Podemos ver, aqui, então, fazendo uma divisão por área de assistência e, também, por equipamentos... Temos, aqui, os da Administração Direta, os de contratos de gestão, e, no final, o número total de equipamentos nossos na Secretaria.

Aqui, é mais para mostrar os números individualizados de algumas áreas de assistência e, também, dos nossos equipamentos.

Esse próximo *slide* é o resumo final da questão do histórico das consultas médicas realizadas nos estabelecimentos de Saúde. Fizemos, como sempre, um comparativo: de consulta médica na atenção básica; de consulta médica em atenção básica, exceto área de urgência; de consulta médica de urgência, na atenção básica; de consulta médica em atenção especializada; e de consulta médica de urgência e emergência. Então, podemos verificar os números.

Nós temos 7,5 milhões de pessoas que dependem, na cidade de São Paulo, exclusivamente, do serviço público de Saúde do Município, mas, segundo o registro nas nossas 825 unidades, mais os hospitais, passaram pelo menos uma vez em um equipamento de Saúde do Município nove milhões e 600 mil pessoas, no ano passado. Não é brincadeira.

Aqui, eu acho que é um detalhamento, Presidente, de algumas áreas que nós tivemos, de ampliação: na área de saúde bucal; na área de saúde da população negra; na área de saúde da criança; na área de atenção integral à saúde das pessoas em situação de violência; aos serviços de Saúde de acolhimento, que nós tivemos no Município, com a implementação do receptor em metade das unidades nossas; na área de saúde nutricional; na área de saúde à pessoa com deficiência; na área de saúde do homem; na área de saúde ao idoso; no PAVS, que são ações na área de atenção domiciliar, ou melhor, em casa; do Mãe Paulistana, que foi retomado; aos serviços, que nós ampliamos, de referência de mama, no ano passado – mastologia; às ações do Outubro Rosa; aos equipamentos que nós inauguramos no ano passado – foi um total de 15 equipamentos.

Dos 12 esqueletos de UPAs que nós tínhamos, por exemplo, nós inauguramos quatro. Agora, em janeiro, inauguramos Ermelino Matarazzo. Amanhã, inauguraremos a UPA do Jaçanã e já temos as empresas que vão retomar as obras das seis UPAs que continuam em esqueleto, que são Cidade Tiradentes, Jabaquara, City Jaraguá, Vila Mariana, Mooca e Parelheiros. Começamos as obras agora. Vamos assinar o contrato e vamos iniciar as obras dessas seis UPAs. As outras seis nós já entregamos.

Aqui, Presidente, como o detalhamento é muito grande, talvez possamos pular isso,

para dar mais tempo de haver as intervenções. Se houver alguma dúvida nessas áreas, eu respondo individualmente. São os programas, tudo aquilo que implementamos. Fica como registro na comissão e, se houver alguma dúvida durante a explanação, eu respondo.

Fizemos a última UBS de madeira. Inauguramos a unidade nova e todas... Está passando, aí, não é? Já passou, não é?

A Covisa é a mesma coisa. O trabalho realizado na Covisa foi muito grande no ano passado, sobretudo na campanha do sarampo e na campanha da dengue do início do ano. Os números da cidade de São Paulo são incomparáveis com os números do Brasil e do Estado de São Paulo, com relação ao que foi feito na campanha de dengue e de febre amarela no início do ano passado. Houve a campanha do sarampo, com as dificuldades que o mundo enfrentou, com a reintrodução do sarampo em mais de 200 países. Aqui, no Brasil, não foi diferente, mas acho que, de alguma maneira, conseguiu-se fazer um trabalho bastante importante na atenção básica em toda a rede nossa. Agora, é a mesma coisa. Estamos acompanhando todas as campanhas. Neste final de semana, todas as unidades nossas funcionaram para fazer a campanha do Dia “D” de vacinação, tanto na questão da dengue como na questão do sarampo.

Há o enfrentamento, agora, do coronavírus. No dia 10 de janeiro, foi a primeira manifestação da Secretaria. No *site*, colocamos um *link* para poder haver a notificação *online* imediata por parte dos nossos profissionais. Fizemos a capacitação de todas as divisões de Saúde nossas, da Cidade. Reunimos 1.800 profissionais de Saúde – médicos, enfermeiros, técnicos – para uma capacitação, com um representante de cada unidade. Esses representantes foram capacitar todos os nossos funcionários. Na semana passada, fizemos a capacitação de dois mil professores da Rede Municipal de Ensino em relação à questão do coronavírus.

O coronavírus não chegou, ainda. O trabalho que nós estamos fazendo é um trabalho de orientação. É um trabalho de capacitação. É um trabalho educativo, para combater qualquer tipo de xenofobia à população asiática. Isso nós fizemos em todas as unidades nossas. Tivemos 20 casos descartados, aqui, na Cidade. Estamos com três casos em

investigação. Todos eles tiveram acompanhamento domiciliar por parte dos nossos profissionais. Então, estão sob absoluto controle. Agora, evidentemente, é um desafio que precisa ser feito ao lado do Ministério, com a orientação do Ministério da Saúde e com o acompanhamento da Secretaria Estadual.

Na área da autarquia, é a mesma coisa. Quer dizer, fizemos todo um processo de reestruturação, rapidamente, de alguns dos nossos hospitais. Com a inauguração das UPAs, o que nós fizemos? Nós pegamos as AMAs que existiam dentro dos hospitais. Pegamos o RH da AMA e deixamos dentro da estrutura do hospital, para suprir as dificuldades de RH dentro dos hospitais. Então, há a AMA de Tide Setúbal. Inauguramos a UPA. Todos os profissionais da AMA ficaram dentro do hospital. Foram para dentro da estrutura do hospital. Inauguramos a UPA de Pirituba. É a mesma coisa com o Hungria. Inauguramos a UPA de Ermelino Matarazzo. É a mesma coisa. Quando inaugurou a UPA, havia 500 profissionais novos. Em uma UPA há 500 profissionais. Todos os profissionais da AMA que havia no Ermelino foram para dentro do hospital, para a estrutura do hospital. Agora, é a mesma coisa no São Luís Gonzaga, no Jaçanã. Estamos tirando a AMA de dentro do Hospital Tatuapé. Vamos inaugurar uma UPA em frente ao Hospital Tatuapé exatamente para desafogar a entrada dos hospitais.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Tem data mais ou menos marcada, previsão para essa UPA do Tatuapé?

O SR. EDSON APARECIDO - Sessenta dias. Nós já alugamos o imóvel. É bem em frente ao Hospital. O imóvel já está alugado, estamos agora fazendo o processo de implantação da UPA. Então a gente supre a necessidade e com uma troca grande de equipamentos. Só de tomógrafo foram nove novos tomógrafos em toda a rede hospitalar. Agora estamos comprando mais 12 tomógrafos, com uma emenda federal, trocando todas as camas por camas elétricas, enfim.

E os projetos executivos das quatro obras principais da reforma do pronto-socorro de Ermelino, do pronto-socorro de Itaquera, do pronto-socorro do Jabaquara e do pronto-socorro de Pirituba. Já tem a empresa que vai fazer o projeto executivo da obra desses quatro

locais.

Fizemos o chamamento para um novo hospital na zona sul de São Paulo. É o primeiro hospital de retaguarda da cidade de São Paulo, 129 novos leitos no antigo Hospital Irmãs Hospitaleiras. Vamos tirar os pacientes crônicos da UTI do Santa Catarina, do M'Boi, do Campo Limpo e do Jabaquara, pacientes crônicos que precisam de uma administração de saúde menos complexa do que um leito de UTI, e vão ficar nesse hospital com acompanhamento da família, o que faz com que a se possa ocupar o leito de UTI e o leito normal sobre para UTI, o leito do pronto-socorro sobre para o leito normal. Nós vamos, com isso, girar os leitos do hospital. E também o advento do CCI. O CCI é o centro de cuidados prolongados. Até junho nós vamos ter o do Centro com 58 leitos, o da zona norte com 30 leitos, e o da zona leste, que é o antigo Hospital Menino Jesus, que inicia reforma agora e terá 92 leitos. Isso tudo para aliviar a pressão que existe nas UTIs dos hospitais e para conseguir fazer um giro de leitos dentro dos hospitais.

Aumentamos dez leitos de UTI no Hospital do Tatuapé, e isso foi bastante importante. Fizemos a implantação, no Tide Setúbal, no Ermelino, estamos fazendo agora no Jabaquara e vamos iniciar no Campo Limpo, um projeto de Proad, financiado pelo Ministério da Saúde, que é o LIN, que é a administração de toda a logística de ocupação de leitos nos hospitais.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Interrompendo, Secretário, se o senhor quiser encerrar. Trinta minutos. O senhor pediu para avisar com 30 minutos.

O SR. EDSON APARECIDO - Acho que é isso, então. (Pausa)

Só os dados do HSPM, então. Todo o recurso utilizado e a produção. Ali fizemos um processo e melhoria bastante importante, abrimos um andar inteiro de referência à saúde da mulher servidora, fizemos toda a reestruturação do setor de endoscopia do Hospital. Estamos fazendo agora a reforma do pronto-socorro, que deve ser entregue até agosto. Está em pleno curso a reforma de toda a área da cozinha, do refeitório, toda a área de nutrição do HSPM.

Vamos abrir a UPA do lado do HSPM. Aquele prédio que é da pediatria sobre para

o prédio novo que nós estamos construindo, de dois andares, em cima do pronto-socorro, aí o pronto-socorro do Hospital do Servidor fica só para servidor. A população passará a ser atendida na UPA, onde tem a pediatria hoje. A referência dessa UPA obviamente não será o Hospital do Servidor, será outro hospital que nós estamos negociando aqui no centro da Cidade, estamos tentando viabilizar. A região central da Cidade é a única região que não tem um hospital público, a não ser o Menino Jesus, que é um hospital pediátrico.

Estamos evoluindo para tentar viabilizar a contratação de um novo hospital público do Município na área central da Cidade, porque tivemos muitas dificuldades, todos os prontos-socorros estaduais passaram a atuar de forma referenciada, todos os nossos equipamentos passaram a ficar extremamente pressionados – o Hospital do Servidor é um deles. Hoje, 60% do que é atendido no pronto-socorro do Hospital do Servidor não são servidores, por isso vamos separar o atendimento. O pronto-socorro e o Hospital do Servidor serão, a partir de agosto ou setembro, se Deus quiser, para servidores, e a UPA vai atender a população, a UPA ao lado, com entrada separada.

Na UPA nós usamos recurso do BID. Vamos reformar o prédio com recurso do BID. Já estamos contratando a empresa que vai fazer a reforma, uma adaptação. Devemos iniciar a obra da UPA até meados, final de março, no mais tardar. A ideia é que a UPA esteja pronta junto com a reforma do pronto-socorro, senão não vai adiantar nada não ter a UPA. Inaugura o pronto-socorro novo e não tem a UPA, vai continuar a pressão no Hospital do Servidor.

Estamos fazendo também a reforma da enfermaria do 12º andar no Hospital.

Era isso.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Muita boa explicação.

Eu gostaria, Secretário... Eu cheguei um pouco atrasada porque estava na UBS do Jardim Nélia, no Itaim Paulista, fui lá acompanhar as obras que estão em fase final. Uma UBS que não tinha reforma há anos, o piso totalmente no cimento. Agora está ficando muito boa, a reforma. Eu fiz uma reunião com agentes vistoristas, com a gestora, conselheiros e todos mandaram agradecer e enviaram abraços ao senhor.

Eu vou pedir que as falas sejam rápidas, porque temos até 15h, agora são 12h50, e há 30 pessoas inscritas - estamos encerrando as inscrições agora -, três minutos cada, dá 1h30minutos.

Algum Vereador vai falar? (Pausa) Vereador Celso Giannazi. Depois, Vereador Gilberto Natalini. Depois, Vereadora Juliana Cardoso.

O SR. CELSO GIANNAZI – Obrigado, Sra. Presidente.

Muito bom recebê-lo aqui, Secretário, para apresentar esses dados, para uma prestação de contas da Saúde do Município de São Paulo. É um serviço, uma política pública que temos debatido muito, temos questionado muito, então esta apresentação é muito importante para elucidar algumas dúvidas.

Vou tentar ser rápido. Percebe-se ali que quase 50% do orçamento está destinado às organizações sociais. Nós temos debatido isso aqui na Comissão de Saúde, o tempo inteiro. Temos uma preocupação enorme com a não fiscalização, com a pouca fiscalização que há sobre as OSs no Município e no Estado de São Paulo também, mas principalmente aqui na área da saúde. Então nos assusta muito saber que estamos caminhando para mais de 50% dos serviços de saúde nas mãos das OSs. Aí olhamos a lista que o Secretário acabou de apresentar ali, o grande percentual está concentrado nas mãos de quatro OSs: SPDM – Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, ASF – Associação Saúde da Família, Casa de Saúde Santa Marcelina, CEJAM - Centro de Estudos e Pesquisas Dr. João Amorim. Concentram a grande maioria dos recursos destinados às OSs, é uma concentração muito complicada e muito perigosa para entendermos.

Acompanhando, Secretário, também temos 468 UBSs. Dessas 468, 400 estão nas mãos das UBSs. A gente tem acompanhado e isso é muito preocupante, Secretário, a forma como essas UBSs estão sendo entregues. É uma forma truculenta, antidemocrática, desrespeitando os conselhos gestores de muitas delas. Gostaria até de ouvir do Secretário qual é a determinação da Secretaria Municipal de Saúde, como está sendo feito isso, porque a gente tem acompanhado algumas decisões de conselhos gestores. Os conselheiros estão

sendo forçados a votar favoravelmente à entrada das OSs. Isso não é nada democrático e é preocupante.

Sobre o PL 749, Secretário, o Prefeito Bruno Covas encaminhou para a Câmara Municipal falando da reorganização administrativa. Nessa reorganização administrativa ele acaba com a autarquia. Só que nesse projeto de lei existe uma mensagem do Prefeito dizendo – e gostaria de ouvir também do Secretário, que falou em 20 hospitais municipais – da intenção, após essa descentralização, após a extinção da autarquia hospitalar, de passar esses 20 hospitais também para as mãos das OSs. Daí esse número vai ser assustador, porque a gente vai ter quase que 80% do serviço de saúde nas mãos das Organizações Sociais.

Também gostaria de tocar num assunto, o Secretário terminou falando do HSPM especificamente, olho os números do HSPM e eles são assustadores. Assustadores no bom sentido, eu vejo aqui o gráfico apresentado do atendimento em prontos-socorros hospitalares do Município. São vários hospitais. O índice, por exemplo, do Hospital Municipal Dr. Moysés Deutsch é de 20 mil atendimentos; do Hospital Municipal de Parelheiros Josanias Castanha Braga, 12 mil; do Hospital Municipal Dr. Benedito Montenegro, 18 mil. Então, nessa base estão os maiores atendimentos dos prontos-socorros.

Olhando no Hospital do Servidor Público Municipal, temos quase 120 mil atendimentos no pronto-socorro, que é uma excelência, não é, Secretário? Dado o quadro de servidores e dada a deficiência do HSPM temos de parabenizar todos os servidores que lá atuam com muita dedicação, mas com pouco recurso. Temos menos de 300 milhões de reais de orçamento para o Hospital do Servidor Público e é muito pouco. Gostaria também de ver com o Secretário sobre a possibilidade de aumentar esse recurso para que haja mais investimento, que as pessoas possam ser atendidas naquela unidade muito importante.

Falando do Hospital do Servidor Público, cobrar, Secretário, nós já cobramos do Secretário, falamos com o superintendente, inclusive, falamos até com o assessor do Prefeito para que chamem os enfermeiros do HSPM que passaram no concurso público. No pronto-

socorro está um caos, pois são 120 mil pessoas para serem atendidas. Falta mão-de-obra e temos um concurso público e 15 enfermeiros não foram chamados. Faz um ano, a Prefeitura aprovou, outra JOF desaprovou, chamaram alguns médicos, mas os enfermeiros ficaram de fora.

Temos feito diligências em vários hospitais e UBSs. Mas, como o Hospital do Servidor Público Municipal atende a grande maioria dos servidores públicos e está aumentando o número de servidores que não estão podendo pagar seus planos de saúde, eles estão voltando para o Hospital do Servidor Público Municipal. Então, há uma grande demanda, temos feito várias diligências e visitas ao Hospital e apontamos algumas melhorias que foram implementadas como o setor de endoscopia, a acessibilidade de entrada. Destinamos também, inclusive, emendas para a melhora do Hospital do Servidor Público Municipal.

Gostaria de perguntar para o Secretário sobre uma questão que é muito preocupante, o setor de radioterapia do Hospital do Servidor Público Municipal. Acompanhamos servidoras públicas, professoras detectadas com câncer de mama, que estão sendo encaminhadas para Guarulhos. É um caos, demora de seis a oito meses para serem atendidas e existe uma legislação federal que obriga o Município, o Estado, a começarem esse atendimento em até seis semanas, sob pena de não terem a sua cura atingida. Isso é preocupante porque o Hospital do Servidor Público Municipal não tem mais esse serviço de radioterapia, não tem o centro de radioterapia e não tem convênio com os outros hospitais da região central.

Elaboramos duas emendas depois de um grande debate com os vereadores, que foram aprovadas. Uma seria para a construção de um centro de radioterapia no HSPM. Visitamos o IAMSPE, que tem um setor próprio de excelência. O Hospital do Servidor Público poderia ter também um centro assim para tratar os servidores. Então, elaboramos essa emenda e, enquanto esse centro de radioterapia não fosse construído, pois demora certo tempo, também elaboramos outra emenda para que o Município faça um convênio, um contrato com os hospitais da região central, para que os servidores sejam encaminhados e comecem o

tratamento urgentemente.

Tivemos a notícia de que o Prefeito Bruno Covas fez um corte nas emendas orçamentárias. Cortou a execução do centro de radioterapia e seriam gastos oito milhões. Gostaria de saber do Secretário se conseguiremos reverter isso e fazer a construção do centro de radioterapia e enquanto não o construirmos, voltar a ter a contratação de hospitais da região central para que os servidores sejam encaminhados.

Por último, concluindo, uma reclamação muito recorrente que nos chega é sobre a Covisa. Houve essa descentralização ao atendimento na Cidade como um todo e os servidores estão reclamando muito. Não tem nem água potável para beber, por exemplo, Secretário, eles foram abandonados. Gostaria de saber o que a Prefeitura de São Paulo, a Secretaria Municipal de Saúde pensa para a Covisa, qual a política pública voltada para ela.

São essas as considerações, Secretário. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Registro a presença da Vereadora Patrícia Bezerra, nossa Vice-Presidente.

Tem a palavra o Vereador Gilberto Natalini.

O SR. GILBERTO NATALINI – Obrigado, Sra. Presidente. Quero cumprimentar os colegas Vereadores; o Conselho Municipal de Saúde, aqui representado pelo Francisco; as pessoas presentes; o Vereador Suplicy, que está nos prestigiando; os representantes, os funcionários, enfim. Cumprimento também o Secretário Edson Aparecido.

Em primeiro lugar, quero dizer o seguinte, como sou médico e tenho uma trajetória grande na área saúde, o meu gabinete é como uma ouvidoria da saúde. Recebo solicitações, denúncias, pedidos, reivindicações da Cidade inteira. Procuro encaminhar, obviamente, dentro das minhas forças, daquilo que eu posso, a solução das questões, às vezes, enormes, outras vezes, menores, algumas resolvemos e outras não conseguimos e vamos trabalhando nesse sentido.

Preciso fazer um registro, de que tenho conseguido ter uma abertura na Secretaria para levar as questões que há tempos não tínhamos. Em vários partidos, em vários governos,

o Secretário de Saúde era, até para os Vereadores, muito inatingível. Ficava meio lá em cima, recebia quando queria, era uma luta. Agora, temos tido a possibilidade de conversa com o Secretário pessoalmente, com as comissões em que a gente vai, leva com as instituições, também através do Ivan, da assessoria parlamentar e dos demais.

Preciso fazer o registro de que diminuiu a dificuldade de acesso à Secretaria. Isso em saúde é muito importante, porque às vezes uma coisa simples vira um problemão porque você não consegue conversar. Quando se conversa, abre a porta, senta, discute. Pode, pode; não pode, não pode. Briga quando... Tenho brigado muito pela questão do Sorocabano, para mim se tornou uma questão de honra. (Palmas) Tenho brigado muito, para mim se tornou uma questão de honra entregar aquele hospital de volta. Não tem sido fácil, há 10 anos estamos nisso.

Quero fazer o registro e duas perguntas ao Secretário que eu acho são perguntas procedentes. Claro que as outras todas que estão sendo colocadas e as que vão ser colocadas também têm procedência. Todo tipo de pergunta, reivindicação, denúncia e reclamação são válidas, para isso está aqui a audiência pública.

A minha pergunta é a seguinte: o senhor falou da preocupação com o coronavírus, é louvável. O coronavírus está na mídia, é uma epidemia lá da China, onde há 70 mil pessoas com o vírus, com uma população de 1,3 bilhão de pessoas, houve cerca de mil e poucos mortos. Mas temos de preparar o País, preparar a nossa saúde para, se vier realmente para cá, por enquanto não há nenhum caso, mas se vier temos de ter preparo técnico.

Agora, Secretário, eu me preocupo muito mesmo com a dengue, mais do que com o corona. No ano passado houve 1,5 milhão de casos de dengue no Brasil. São Paulo deu certa controlada, mas eu gostaria que o senhor pudesse, pelo menos em parte, nos responder como que a Secretaria está vendo e está tratando essa questão.

Ontem teve notícia de imprensa que três estados entraram em alerta por causa do aumento da presença da dengue. É uma coisa que nos preocupa muito.

Hoje mesmo estou com um funcionário que faltou. Eu fiz um diagnóstico meio

chato, por telefone, não consegui vê-lo, mas acho que ele pegou dengue. Eu queria que V.Exa. explicasse para nós como que a Secretaria está vendo isso.

A outra questão, para eu deixar os outros falarem, é o câncer. Tenho falado aqui muito da questão do aumento do número de câncer no Brasil e em São Paulo. Casos de câncer - sou médico, eu atendo - estou assustado.

Hoje houve um “tuitaço”, às 10h, contra o incentivo de imposto para agrotóxico. Muitos agrotóxicos estão diretamente ligados à produção do câncer. O Prefeito Bruno Covas anunciou a poucos dias que ele iria fazer um corujão do câncer. Aí veio um monte de desinformação. Uma delas é que seria um mutirão de diagnóstico sem a continuidade do tratamento. Essa foi uma dúvida que eu queria que V.Exa. pudesse esclarecer.

Em segundo lugar, queria perguntar, aí vou encerrar de verdade, nós sabemos que houve um corte de 300 milhões de reais há dois ou três anos em que o Ministério da Saúde mandava para São Paulo. Isso dificultou muito o acolhimento dos casos de cânceres em São Paulo. Inclusive, o Vereador Giannazi tem feito comentários sobre as doentes do Hospital Municipal. Sabemos que houve um rearranjo, mas que há dificuldade das pessoas abrirem a porta do serviço de Oncologia, a dificuldade é grande.

Como então a Prefeitura vai suprir esse dinheiro, um dinheiro grande – 300 milhões – para pode fazer o mutirão do diagnóstico e - se for o caso e tem de ser - fazer o encaminhamento e o tratamento desses casos? Se o Secretário puder explicar, eu ficaria muito feliz em poder sanar as nossas dúvidas.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Tem a palavra a Vereadora Juliana Cardoso.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Obrigada, Presidente. Boa tarde a todos, às pessoas dos movimentos sociais, às pessoas dos bairros que estão aqui.

Eu não preciso dizer que continuo na luta do Perus-Anhanguera. A solicitação é quanto ao entendimento da suspensão do edital da SPDM. Há muita gente pra falar aqui disso e aí o Secretário pode responder.

No Tietê – 2 continua a luta quanto ao problema do diagnóstico e também não há remédio, e a situação continua.

No Sorocabano, estamos na caminhada há um bom tempo. Só eu aqui na Câmara estou nessa comissão há pelo menos 10 anos. Há 10 anos sempre falando desse mesmo assunto.

No HSPM a luta é contínua, até porque eu nasci naquele hospital. Eu preciso então lutar, caminhar para que esse Hospital seja um hospital do servidor público. Aliás, meu pai trabalhou lá e também no Hospital Tatuapé.

Também aqui e junto com os movimentos sociais e sindicais, eu sou contra o PL 749, que faz venda de serviço público.

Mais especificamente, eu queria tratar com o Secretário de alguns assuntos. Na região Sudeste, a questão é na Penha, mas pertence à região Sudeste. Há um bom tempo, tem um terreno grande em que se busca um trabalho com a terceira idade. Então foi uma luta, era para a Educação, passou para o Esporte e só uma parte ficou para o CDC Viva a Vida. Eles também vão falar desse assunto. Mas eu queria falar, Secretário, porque nós estamos solicitando que eles passem a CER IV. Tem um terreno que é plano, e a supervisão até já foi em reunião inclusive conosco, e essa é uma das demandas que eles têm porque ali é tudo muito longe, é no Ipiranga. Todos os atendimentos que têm são no Ipiranga, e também vou falar disso no CER IV.

Então, por exemplo, as pessoas que são da Penha, daquela região, têm de atravessar a Cidade para poder ser atendido no CER IV. Há 15 dias, eu tenho solicitado agenda com o Secretário para levar esse time, para podermos conversar sobre o assunto junto com a supervisão. Sabemos que há recurso do BID, e com a questão do dólar alto, às vezes, tem alguma possibilidade de atendimento. Então eu queria deixar como sugestão, e vou deixar para o time que for falar três minutos, que fale mais disso.

Quero também falar sobre o Tide Setúbal. Ontem eu tive lá num ato que fizeram, junto com os funcionários públicos e junto com o sindicato, em apoio ao Hospital, mas também

foi feita uma denúncia. Sabemos que há um grande déficit de funcionários públicos na Cidade, principalmente nos hospitais de autarquias. Em que pese eu achar um erro gravíssimo o PL 749 tirar as autarquias e entregar para a Saúde, mas sabemos para onde vai, vai direto para as organizações sociais, e não esse o papel pensado para as autarquias.

Portanto, eu queria brigar para que a gente ainda chame os funcionários públicos que estão na lista de solicitações dos médicos e enfermeiras administrativos, para que a gente possa recompor os hospitais municipais, inclusive o Tide, para que não haja uma situação como aquela em que o paciente matou o outro paciente porque não tinha funcionário suficiente para atender um e outro. E não é culpa dos funcionários públicos, que se dão e se doam para estarem ali. Mas hospital público é porta aberta, recebe todo mundo e se dá conta. É isso que eu acho bonito do funcionalismo, ele não larga; fica doente, muitas vezes, mas faz o atendimento que é necessário.

Então eu queria saber quais foram as medidas tomadas pela Secretaria nessa situação e quando que os aprovados nos concursos públicos serão chamados.

Uma questão que também o senhor deve ter visto, deve ter acompanhado, é o caso do AMA Elisa Maria. No dia em que fui ao AMA, a sua equipe estava lá na hora em que cheguei. Ele pegou fogo, por conta de ser uma estrutura que foi pensada na gestão do Serra-Kassab, pré-moldadas. A gente sabe que já tem muitas dificuldades nessa AMA Elisa Maria, assim como na AMA de Americanópolis, a do Jabaquara, do Parque Paulistano e do Jardim Popular, que foram interditadas, por diversos problemas: uma porque o piso quebrou etc. Cada uma tem um problema, mas o que eu acho mais grave é esse modelo de construção tinha no Rio de Janeiro e, ano passado, tivemos o mesmo problema com a tragédia no alojamento do Clube Regatas do Flamengo, ocasionando a morte daqueles jovens.

Esses fatos aconteceram no decorrer do dia em alguns AMAs, menos no AMA Maria, que ocorreu à noite. Graças a Deus, não pegou nada, porque ali tem um complexo muito grande de escola, EMEI, creche, no entorno.

Eu tinha feito uma solicitação, mas não passou aqui na Comissão, porque eu queria

que o Secretário de Saúde enviasse o Alvará da Vigilância Sanitária das respectivas unidades que citei. E solicito informações sobre as ações e os projetos em andamento para mitigar o risco com usuários trabalhadores de saúde, e se existe algum projeto de substituição dessas unidades instaladas em containers por unidade de alvenaria, porque elas não estão inclusas nesse programa de obra.

Voltando a questão do CER IV, eu recebi uma denúncia de que a Coordenadoria Sudeste será transferida para um prédio na Rua Padre Marchetti, nº 557. O desalojamento daquele local do Centro de Especialização de Reabilitação vai alocar um serviço de profissionais que já está num congestionamento no Hora Certa.

Então quer dizer, tirar um serviço que já está instalado, é necessário, tem demanda e ir para outro serviço junto com o Hora Certa não tem condição. Não cabe, não dá. Não cabe nem na saúde física e mental dos trabalhadores e muito menos dos pacientes.

Quero dizer que essa demanda é grande, por isso estou pedindo também um CER IV lá na Penha, mas que o senhor possa me falar um pouco sobre essa mudança dessa unidade administrativa, se ela vai ocupar o espaço onde existe o CER IV, lá no Ipiranga. Porque o administrativo e o CER não dá, não cabe. Então quero ter mais informações sobre isso.

Por fim, minha última pergunta. Imaginem um bolo e dentro desse bolo vamos pensar como um ano, então ano de 2016; 2017; 2018 e 2019. Vamos começar na receita colocada pelo orçamento, em 2016, tínhamos o percentual da área da Saúde de 22,75%, dentro do orçamento da Cidade.

Em 2017, passamos um pouco, mas é significativo quando o dinheiro da Saúde é contado no real. Então temos, em 2017, uma caída e o percentual fica em 22,17. Porém no ano de 2018 temos uma caída da receita de 20,75% e agora mesmo aparecendo que tem recurso do BID, construção, manutenção, em 2019, caímos para 19,37%.

Portanto, pelos dados acima podemos afirmar que o Município está reproduzindo bem menos do que tem o potencial para a área da Saúde. Por isso hoje vemos tanta

dificuldade e não dá para dizer que é só em relação à questão do Governo Federal, porque temos Tesouro próprio para a Saúde, Tesouro do Município.

Então para termos uma ideia, de 2016 para 2019, essa fatia do bolo diminuiu 3,4%, algo em torno de 1,5 bilhões de reais. Isso significa no nosso dia a dia serviço precarizado, fechamento de serviço ou serviço diminuído para o atendimento da população.

Então, Sr. Secretário, gostaria de saber se na Gestão Bruno Covas a área da Saúde não é mais prioridade, por causa dessa diminuição de recurso.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Tem a palavra o Vereador Eduardo Matarazzo Suplicy.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUP LICY – Sra. Presidente, Vereadora Edir Sales, obrigado por sua atenção para com este Vereador, quero primeiro agradecer a atenção que o Secretário Municipal Edson Aparecido tem tido com respeito a dezenas de ofícios, cartas, que tantas vezes pessoas chegam no meu gabinete, encaminham, e quero dizer que todas as cartas que tenho enviado sobre problemas de saúde da população paulistana, o senhor e o seu gabinete sempre tem respondido e tomado as providências necessárias para que possa haver o atendimento. Então muito agradeço a sua atenção.

Queria primeiro dizer de um caso que aconteceu relativo ao coronavirus. Houve um prédio na Av. Berrini, onde num dos andares há uma empresa chinesa e eis que o condomínio resolveu dizer que todos os chineses ali só podem usar um elevador, ou seja, um elevador só para os chineses, inclusive tem de ir de máscara e lavar as mãos com higiene e álcool e outras coisas. A ex-Vereadora Aldaíza Sposati, com esse critério municipal, encaminhou e eu assinei junto uma representação junto ao Procurador-Geral para que não seja necessário isso. Parece ser uma discriminação, inclusive, que viola a lei. Então, acredito que em São Paulo não precisamos isolar os chineses dessa forma. Encaminhei também à Embaixada da China e ao Ministro da Cidadania. A carta foi enviada ontem e a registrei em Plenário do Senado. Então, não precisamos separar os chineses em São Paulo, pelo menos até o momento.

Queria também dizer que tenho participado do debate entre os sete pré-candidatos a Prefeito pelo PT. Nesses últimos debates tem havido uma crítica bastante severa com respeito às Organizações Sociais. O Vereador Celso Giannazi ressaltou que grande parte, 47,39% dos gastos do orçamento da saúde são para as Organizações Sociais. Mas, o que tem sido expresso é que nem sempre essas organizações têm dado conta de atender tão bem quanto a própria administração direta da saúde e que nem sempre essas Organizações Sociais tem o controle dos órgãos gestores, como o Conselho Municipal da Saúde com a atenção sobre a qualidade das OSs.

Então, agradeço se puder nos transmitir que avaliação faz dos serviços prestados pelas OSs, se realmente na sua avaliação estão adequados, se convém realizar alguma ação ou até então aumentar, digamos, os concursos públicos, para que a administração direta da saúde venha a se colocar no lugar das OSs. Mas, agradeço a sua avaliação a respeito.

Muito obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Quero registrar a presença do nobre Vereador Paulo Frange. O Secretário prefere responder antes aos Vereadores?

Tem a palavra o Sr. Francisco Freitas, Coordenador Adjunto do Conselho Municipal da Saúde.

O SR. FRANCISCO FREITAS – Muito obrigado. Bom dia, Sra. Presidenta. Bom dia, Srs. Vereadores. Bom dia, Sras. Vereadoras. Bom dia, Secretário. Sou Francisco Freitas, como já foi anunciado, Coordenador Adjunto do Conselho Municipal de Saúde, e coordenador da Comissão de Política de Saúde do Conselho.

Primeiro, listei, elenquei uma quantidade grande de demanda que tem o controle social e a falta de diálogo que existe entre o Conselho Municipal e o Sr. Secretário da Saúde, que não tem comparecido nesses últimos meses, são longos meses, ao plenário do Conselho. Não envia a sua adjunta e nem mesmo o seu chefe de gabinete. Isso prova que a gestão do Prefeito Mario Covas, Bruno Covas, desculpa o nosso amigo Covas, que eu conheci e foi um grande quadro político da vida nacional. Então, nos temos essa dificuldade muito grande.

Temos aqui, Sra. Presidenta, vou passar para a mão dessa comissão, uma resolução que o Conselho Municipal de Saúde aprovou e essa é uma resolução que trata do contrato feito entre a SMS e a STS Sul com a Associação Saúde da Família, da ordem de quase 400 milhões de reais. O Secretário naturalmente vetou a resolução e apresentou os vetos. Esses vetos, Sra. Presidenta, foram derrubados pelo Conselho Municipal de Saúde. (Palmas)

Como V.Sa. pode entender, aqui está o regimento, que é a nossa Constituição do Conselho Municipal de Saúde, elaborada por esta Casa em todos os governos, seja de esquerda, seja de direita, seja de centro, mas, sempre ressaltar a importância do controle social. Temos aqui Vereadores veteranos, como é o caso do Natalini, da Edir Sales e de tantos outros vereadores, o nosso Vereador Suplicy, que não era Vereador, mas era o nosso eterno Senador. Então, o controle social está dentro do arcabouço jurídico do Sistema Único de Saúde. Isso não foi dado por obra e graça de alguém, isso foi graças à luta. O próprio Secretário participou desses movimentos de luta, não é um cara antidemocrático, mas está fazendo uma gestão que não coloca o controle social no centro do debate, no centro das discussões. Isso não é saudável para a democracia.

O que nós queremos? Barrar os investimentos na saúde? Não. Nós não somos loucos. O que nós queremos é fazer com que a gestão pública seja aberta, transparente, que diga aonde gasta cada centavo do contribuinte paulistano. O Secretário veio aqui, falou, fez a apresentação. A Secretaria foi ao Conselho Municipal ontem, na véspera desta audiência para apresentar a prestação de contas. Como o Conselho Municipal, Presidenta, vai avaliar tudo isso aqui: prestação de contas do terceiro quadrimestre, mais o relatório detalhado do quadrimestre? É muito complexo isso.

Nós estamos tratando de um orçamento da ordem de quase 12 bilhões e qual é o grande problema? Ações como Outubro Rosa é importante, inaugurar a UPA Sacomã é importante, mas eu queria colocar o seguinte: você tem problema de RH, não abre concursos públicos por que se fala da Lei de Responsabilidade Fiscal e essas coisas, mas você pega

mais de 50%, 54% do orçamento da Saúde foi para as organizações sociais. Nós temos dois problemas: a saúde está uma esculhambação no Rio de Janeiro e é por isso que a gestão cancelou os contratos com as organizações sociais e vai institucionalizar outro estudo, criar uma empresa para cuidar da Saúde, uma empresa pública. Pública, diga-se de passagem. Aí vamos vir a São Paulo. É muito grave, São Paulo não recebe um hospital há 14 anos. (Palmas).

Quando Haddad assumiu, falou: “vou construir três hospitais”, entre eles o hospital da Vila Matilde. O projeto foi abortado porque teria de derrubar o hospital inteiro. Agora, veja só, o governo do Doria e o governo do Bruno Covas receberam o Hospital de Parelheiros com 95% da obra pronta, Secretário; recebeu a Vila Brasilândia com 85% das obras prontas e está lá. Não estou fabricando e não vamos rir aqui. Se o senhor achar que eu não estou falando a verdade, que pegue e mostre para a Câmara Municipal de São Paulo que eu estou fazendo ilações.

E aí é o seguinte: como é que São Paulo vai ter um plano de contingência para o coronavírus se a China, em 10 dias, monta um hospital com mil leitos – e aqui ninguém precisa copiar modelo de ninguém, nós temos que criar e resolver internamente a nossas próprias contradições – e aqui os hospitais não são entregues?

Estamos no final da gestão, tudo que está se fazendo na saúde de São Paulo estão deixando para o final do ano, tudo. Por quê? É ano eleitoral e vão inaugurar, segundo ele está dizendo, Parelheiros, talvez inaugure de verdade ou vai inaugurar fazendo um puxado aqui.

Quero dizer que na questão da saúde bucal vou deixar este documento nesta Comissão que não foi produzido por mim, foi produzido pela Secretaria Municipal de Saúde. Eu vou lhe dizer, a população na saúde bucal tomando-se quatro mil pessoas como parâmetro de cobertura, a população descoberta no município é exatamente de oito milhões, dado da sua Secretaria, 8.451.117 munícipes não tem atendimento à saúde bucal na cidade de São Paulo. A cidade de São Paulo continua a cidade de banguelas. Vou dar um exemplo, este conselheiro ha mais de um ano está esperando uma prótese. Fui chamado agora.

Então, aqui está o relatório que nós pedimos à Secretaria e eu vou deixar com esta Comissão e a outra, Presidente, eu vou passar aqui pedir para senhora para publicar esta Resolução que trata do contrato entre a Secretaria Municipal de Saúde e a Associação Saúde da Família, onde o conselho aprovou, depois do secretário vetou, o conselho derrubou o veto e pelo Regimento tem cinco dias para ser publicada. Então, peço que V.Exa. respeitando o controle social publique a Portaria porque nós queremos, no município de São Paulo, transparência, discussão.

Vou, em nome do Conselho Municipal, dizer que continuaremos abertos ao diálogo e queremos participar da construção da Política Municipal de Saúde. De 100% do que o senhor falou aqui, 80% o Conselho Municipal não sabe. A gente sabe por que nós vamos atrás, o controle social é birrento, é marrento, vai atrás porque eles não têm interlocução entre a Secretaria e o Conselho Municipal.

Finalizando, eu quero só dizer para a Vereadora Juliana Cardoso que a Resolução que eu vou passar para as mãos dela e que ela leve à Presidência e faça uma análise. Toda documentação, as quatro resoluções – 1, 3, 10 e 15 – do Conselho Municipal que tratam das questões de transferência de equipamento para o setor privado ou para qualquer outro tipo de mudança da Saúde tem de passar pelo Conselho Municipal de Saúde, pelo conselho gestor, pelo conselho de supervisão. É assim que nós vamos fortalecer o controle social. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Obrigada. Agora eu gostaria de solicitar ao Secretário Edson Aparecido que responda as perguntas da Mesa, por favor.

O SR. EDSON APARECIDO – Rapidamente, então, o Vereador Celso Giannazi colocou umas questões que dizem respeito, primeiro, ao Hospital Servidor. Quero agradecer a sua emenda que a gente conseguiu concretizá-la.

Hoje o Município cuida quase que exclusivamente de aproximadamente dois mil casos e pacientes na área de Oncologia, Vereador Natalini. Doze mil casos. Houve inclusive uma audiência no Ministério Público onde o Ministério Público reconhece que praticamente essa linha de cuidado é bancada na cidade de São Paulo quase que exclusivamente pelo

Município. Além disso, cresceu toda uma ação do Corujão da Saúde, do Corujão da Oncologia, do Corujão do Câncer. Inclusive pedimos a recomposição de teto por parte do Ministério da Saúde. O Ministério da Saúde deve ao Município de São Paulo 300 milhões de reais de teto MAC. Inclusive quando eu e o Prefeito estivemos lá não pedimos nada de novo. Pedimos que eles pagassem o que devem ao Município.

Todos sabemos que a questão do câncer, da oncologia, segue a orientação, a regulamentação do CROSS, por isso que inclusive aquela paciente acabou pela regulação do Estado sendo tratada em Guarulhos. Agora mesmo, no Corujão do Câncer, fizemos a primeira etapa quatro especialidades: colo retal, estômago, tireoide e próstata. Na segunda etapa serão mais seis especialidades, que começa agora em março, dermatologia, ginecologia, hematologia, neurológico, ortopedia, pulmão e clínica para que a gente possa exatamente com essa iniciativa do Corujão – e não é só o exame – estamos fazendo a linha de cuidado inteira.

Então, a pessoa faz o exame, entra para o tratamento e se precisar ser operada, vai ser. A iniciativa agora que nós tivemos na área de oncologia é a linha de cuidado inteira, não é simplesmente a pessoa fazer o exame. Além disso, já agendamos e já temos uma fila de cinco mil colonoscopia para pessoas acima de 65 anos e já agendamos 4.500 colonoscopia. Já fizemos 2.300. A gente vai cumprir o cronograma, vamos zerar a fila e depois a gente começa a colonoscopia nas pessoas abaixo de 65 anos. Sabe que nesse caso as pessoas têm de ser internadas, tem de ser sedadas. É um processo. A segunda fase do Corujão, vamos nos concentrar em seis especialidades de exames com a fila de 73 mil pessoas, basicamente nessas áreas também da Oncologia.

No caso do HSPM, vamos instalar o serviço de radioterapia lá. O que acabou acontecendo, Vereador, no caso do orçamento é que os Vereadores, na emenda que fizeram de plenário, colocaram na saúde 59 milhões, tirando 49 do BID. Então, os Vereadores pegaram a emenda do relator e colocaram 59 milhões novos na saúde, mas tirou 49 do BID. Concretamente, tirou 49 milhões do BID de coisas já determinadas, já escolhidas de obras e procedimentos que já foram escolhidos pelos Conselhos Gestores lá atrás. Então, temos uma

diferença de 10 milhões. Nessa diferença de 10 milhões preservamos três coisas: esse serviço do HSPM, a reforma do Hospital do Campo Limpo, e o elevador do Hospital do Tatuapé. São as três coisas que nós preservamos para não cortar o serviço novo de radioterapia no HSPM, três milhões e alguma coisa.

O SR. CELSO GIANNAZI – Esse é o contrato contratando hospitais, não é Secretário? Da construção são oito milhões que foram cortados.

O SR. EDSON APARECIDO – Volto a dizer. A Fazenda não cortou dos 59 milhões que vocês colocaram, tirando 49 que já era da saúde, tiveram três coisas que ela não cortou: esse serviço no HSPM, a reforma do Campo Limpo e os três milhões do elevador do Tatuapé.

A questão do Corujão é exatamente isso, a gente está fazendo é toda a linha de cuidado, não é simplesmente fazendo o exame. Estamos utilizando quatro hospitais nossos – Hospital do Tatuapé, o Jabaquara, o Gilson e o Ermelino Matarazzo. São eles que nós estamos utilizando e, evidentemente, o restante, fazendo a contratação de parceiros que nós já temos.

O SR. CELSO GIANNAZI – Secretário, o tratamento será feito pelo CROSS? Essa é uma pergunta, só para complementar a fala do Secretário. E por que o Hospital do Servidor Público foi excluído da relação dos hospitais que participarão do Corujão do Câncer?

O SR. EDSON APARECIDO - Não, não estão excluídos; ao contrário, a regulação do Corujão do Câncer é feita pela regulação do Município. Nós temos regulação nas seis Coordenadorias. Nessa fila, estão as pessoas que são servidoras, que serão também atendidas. Então não serão excluídas de jeito nenhum. Só estão numa fila para serem atendidas, como outro munícipe qualquer. E o que vamos procurar fazer é, em cada uma dessas quatro especialidades, primeiramente, e as nove num segundo momento, zerar a fila. Então, não estão fora.

Sobre a Covisa, o que a gente fez? Estamos numa política cada vez mais acentuada de fortalecimento do território, de integração da atenção básica, da rede hospitalar e da Vigilância Sanitária. Se visitar qualquer Uvis, o pessoal diz o seguinte: “Nós temos dificuldade de agente sanitário”. Então, o que nós estamos tentando fazer, e exatamente por

conta da questão da dengue, do sarampo, é pegar um conjunto de técnicos que estavam no prédio central para ser realocados nas várias Coordenadorias. Isso seria muito mais rápido. Primeiro, porque é gente treinada, capacitada; segundo, que você não tem que fazer procedimento de contratação, que demora anos.

Então, esse processo que a gente fez com a Covisa, estamos fazendo com todas as áreas. E não me cabe aqui discutir o projeto de reestruturação que a Prefeitura enviou para a Casa, já aprovado em primeira discussão, mas é evidente que é muito melhor - é isso que nós vamos fazer - fortalecer a estrutura do Hospital do que ter uma estrutura meio como autarquia municipal totalmente em duplicidade com setores que eu já tenho na Secretaria: Eu tenho um jurídico na Secretaria e um jurídico na autarquia; tenho um setor de compra na Secretaria e um setor de compras na autarquia. Nós não precisamos de estrutura meio nesse processo, nós precisamos de recurso e recursos humanos para fortalecer a ponta. O funcionário da autarquia é um funcionário, diferentemente da Secretaria, que tem uma composição de funcionários bastante idosa, e muita gente pediu aposentadoria ano passado.

Então, o que temos que fortalecer no sistema de saúde é a ponta, e não a estrutura meio. Juntar as estruturas meio, para a gente poder ter esse enriquecimento de composição de funcionários, será extremamente saudável para nós. Não estamos eliminando estrutura fim, que dá assistência à população, nós estamos eliminando estrutura meio, que nesse caso não precisa.

O SR. CELSO GIANNAZI – Os 20 hospitais serão entregues então, Secretário, para as OSs? Existe um comprometimento do senhor?

O SR. EDSON APARECIDO – Não, não vão. Isso está na sua cabeça.

O SR. CELSO GIANNAZI – Isso não está na minha cabeça, está na fala do Presidente da Câmara Municipal, não está na minha cabeça.

O SR. EDSON APARECIDO – Não está no projeto, não é verdade. Não é verdade. O senhor não está falando a verdade. Isso não está no projeto.

O SR. CELSO GIANNAZI – Isso está sim, é só saber ler.

O SR. EDSON APARECIDO – Dos nossos hospitais, contando os esqueletos que o seu governo deixou para nós, que são 48 esqueletos na área da Saúde, do governo que o senhor participou, estamos entregando todos, inclusive Brasilândia e Parelheiros. Dos 48 esqueletos.

O SR. CELSO GIANNAZI – É mais uma forma que o senhor tem para fazer justamente isso, para fazer 48 esqueletos que já estavam aí. Nem o que está aí está sendo entregue.

O SR. EDSON APARECIDO – Não, estamos entregando todos. Inclusive, Vereadora Juliana, essa é a diferença do nosso governo para o seu: a gente, com menos recurso, faz mais coisa. O Hospital de Brasilândia, para este sim será feito um chamamento; os demais, não têm mudança nenhuma, continua tudo do jeito que está.

Saíram dizendo por aí que iriam entregar o hospital para as OSs; mas não é isso. Ao Hospital de Brasilândia, será feito um chamamento. Assim como no caso de Perus nós tivemos que fazer um chamamento porque a OS é de lá.

Eu fiz reunião conselho gestor de lá, com vários Vereadores, e a OS de lá apresentou um documento pedindo para se retirar. Eu não podia esperar chegar junho para mudar a OS, porque um processo de mudança, ou não, e OS, para a SPDM continuar, ou sair, eu tenho que começar antes. Como gestor, não posso deixar chegar junho, fechar as portas e falar: “Agora eu vejo quem eu coloco no lugar”. Nós antecipamos esse processo para verificar se a própria SPDM vai ficar, mas o processo jurídico eu tenho que fazer.

Quanto ao Hospital Sorocabanos, a Procuradoria da Secretaria de Estado da Saúde disse que não tem poderes para transferir o prédio para o Município. Então há um posicionamento do jurídico do Estado contrário a fazer a troca do Dante Pazzanese, que a gente passaria para o Estado, e o Estado passaria o Sorocabanos para nós.

Então o que precisa ser alterado, infelizmente, não está na órbita da Secretaria de Saúde e do Município, porque precisa ser alterado agora o posicionamento da Procuradoria Jurídica da Secretaria de Saúde do Estado.

Nós fizemos um plano de contingência para a dengue, porque a gente deve ter um enfrentamento, a cada dois anos. Ano passado, a gente fez uma ação muito forte no Município de São Paulo, que fez com que os números nossos fossem muito inferiores aos números do País e aos números de outras cidades no Estado de São Paulo.

O que a gente deve repetir agora, Vereador? O enfrentamento da dengue não é um enfrentamento da Secretaria de Saúde, é um enfrentamento de governo; e nós vamos fazer o que a gente fez o ano passado: várias Secretarias serão envolvidas na limpeza de córrego, na orientação à população. A secretaria da Educação já estava envolvida nisso. Então, o enfrentamento da dengue precisa ser um enfrentamento de governo. Isso é fundamental. Temos um plano de contingência, um processo de treinamento, adquirimos agora mais 30 equipamentos do fumacê, que é uma coisa que a gente precisava ter. Todas as nossas supervisões, as 27, estão nesse plano de contingência e em contato *online* com a Covisa, no sentido do abastecimento dos números, da realidade, para que a gente possa combater o mais rapidamente possível.

É uma situação de preocupação, porque é um ciclo que volta no País inteiro, não volta somente na cidade de São Paulo. E aqui a gente tem uma citação agravada, e aí nós pedimos a ação do Governo do Estado, porque o Município faz fronteira com 39 municípios da Grande São Paulo, alguns deles em situação econômica extremamente difícil. Então nós pedimos uma ação do Governo do Estado para envolvimento dos 39 municípios da Grande São Paulo que, no limite da periferia, têm uma relação muito grande conosco.

De Perus, eu já falei. Tide Setúbal, está aqui um dossiê de como era e o que nós mudamos no hospital, de todas as ações. Inclusive, o tomógrafo novo, todas as reformas. Há uma luta política e ideológica, Vereadora Juliana, que é insuperável. Nós acabamos de fazer a reforma num andar inteiro, tinha uma caçamba para pegar o lixo dessa reforma e essa caçamba se transformou na frente do hospital num pandemônio de guerra, o lixo que a gente tirou num andar que estamos reformando: virou um palco de guerra porque tinha uma caçamba cheia de lixo, e o hospital estava abandonado, porque a caçamba que a gente pegou o lixo do

andar que estava reformando estava na frente do hospital. A caçamba já foi tirada, inclusive. Mas aqui está todo o processo de reforma, que vou deixar com a Comissão.

O Elisa Maria, como outros unidades, porque também pegamos unidade de madeira, que herdamos, mas a gente acabou com elas. O Jardim Popular está no BID, nós vamos construir uma unidade nova. São duas unidades de container: O Popular e o Elisa Maria, que infelizmente pegou fogo. Segunda-feira, eu fui lá, me reuni com o Conselho Gestor da unidade, e o que nós fizemos? A gente um problema, porque a gente não conseguia tirar o raio-x de lá de dentro, o Bombeiro não tinha chegado. Mas na segunda-feira o Bombeiro foi e autorizou a entrada, então nós tiramos o aparelho de raio-x e iniciamos a demolição do prédio.

O prédio já foi demolido, estamos recolhendo o entulho, e ali será feita uma obra do BID, já contratando a empresa. Nós vamos manter ali o serviço da UBS e o serviço da AMA. É uma unidade de dois andares, um térreo e um pavimento superior e entra no primeiro contato do BID.

Estamos assinando 15 obras do BID, os contratos estão sendo assinados com as empresas, e uma delas é o Elisa Maria. Do lado, tem um buffet, nós alugamos o buffet e já estamos já terminando a reforma do buffet, as divisórias, para implantar nos 15 dias que eu havia me comprometido com a população e o Conselho Gestor e iniciar o atendimento da população ali.

Na outra unidade do Elisa Maria, que é no Centro Comunitário, faremos uma reforma, mas não vamos deslocar a população para lá. Nós vamos deixar a população ser atendida nas duas unidades próximas ali, que é o Vista Alegre e mais um; e depois a gente começa o funcionamento no buffet em 15 dias.

Também como os prontuários foram queimados, nós já demos na quarta-feira passada um *tablet* a todos os ACS, que me pediram, para fazer todo o cadastramento da população.

Nós estamos realmente transferindo a nossa unidade da Coordenação da Sudeste para o Complexo Flávio Giannotti. Mas não vamos tirar o CER. A questão, Vereadora, é que o

complexo administrativo nosso da Sudeste é um prédio muito grande para uma quantidade de funcionários pequena; e mesmo com a reforma que a gente vai fazer, um conjunto de adequações, não vai impactar, vamos manter o serviço. A ideia é que a gente possa alocar essa parte administrativa, sem deslocar serviço, porque é um serviço histórico ali, está há muito tempo, enfim.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Os três serviços funcionarão no mesmo prédio?

O SR. EDSON APARECIDO – Sim. Só que a gente vai fazer um ajuste de ocupação de espaço, para que a população não seja prejudicada.

CER IV na zona Leste, você sabe que tinha um dinheiro do Governo Federal, em 2016, que foi perdido, porque não se apresentou projeto.

Nós estamos agora, eu estive com o Ministro pedindo recurso do CER IV na zona Leste. Nós imaginávamos, porque os conselhos gestores da região, isso é uma coisa que todos os Vereadores são provas, hoje mesmo, atendi três Conselhos Gestores, eu considero que atender conselho gestor de unidade é ter uma boa relação com o controle social.

Quando eu entrei na Secretaria, no primeiro dia, tinha reunião do Conselho Municipal de Saúde. Desci e fui me reunir com o Conselho, do qual participei durante alguns meses.

Só achei que chegou um momento em que virou uma luta política ideológica e eu achei melhor... tanto é que a Conferência Municipal não tem uma coisa que o Conselho Municipal não tenha me pedido e que a gente não tenha feito.

Então, Vereador, qual é a nossa ideia no CER IV da zona Leste: nós vamos reformar o Menino Jesus, que será um CCI, onde também vamos colocar um serviço odontológico 24h. o equipamento é grande, um hospital antigo, abandonado da Prefeitura.

Vamos, agora, contratar a reforma, não é o Menino Jesus do centro. Não tem nada a ver. É outro, porque Menino Jesus tem na zona Leste, o Menino Jesus é onipresente. Na zona Leste, é um hospital antigo da Prefeitura que está abandonado. Vamos reformá-lo, vamos colocar um centro de paliativo, como estamos fazendo na zona Sul, uma unidade de transição,

um serviço odontológico e tínhamos pensado em colocar o CER IV lá, porque a gente não queria fazer uma construção nova, desapropriar terrenos, e seria mais rápido.

Teremos uma reunião, como eu já havia falado com o Padre Ticão, para fazermos uma reunião com o Conselho Gestor da Supervisão para tomar essa decisão, porque a proposta de eles fazerem o CER IV ali era na Penha, Ponte Rasa, que é próximo.

A SRA. JULIANA CARDOSO – O que tem do Padre Ticão é na Leste II. O que nós estamos solicitando é a relação do CER IV na Sudeste. Então, eu tenho todo carinho e respeito pelo Padre Ticão, é um lutador. Acho que muito da construção do que há na região é da história que ele fez. Só que nós também temos outras populações que também precisam ser vistas ali próxima, no entorno. Então, essa é a solicitação nossa para que o CER IV seja na região da Penha.

O SR. EDSON APARECIDO – Eu pedi para o Ministério, que nos deu o dinheiro do CER IV, que era da Ponte Rasa, estou aguardando o Ministério ver para depois a gente poder discutir o CER IV, mas acho que pode marcar uma reunião específica para isso e marcar as alternativas que a gente constrói.

Vereador Suplicy, uma das coisas que a gente mais fez e se preocupou nesse processo do coronavírus foi exatamente a questão da xenofobia. Tanto é que a Secretaria fez agora, nós temos muitas unidades nossas que atendem chineses, crianças, pais, mães, que, inclusive, têm dificuldade em falar português. Nós fizemos toda uma orientação sobre o coronavírus e da assistência de saúde da Cidade em mandarim. A pessoa entra na unidade e recebe uma orientação escrita em mandarim.

Nós tivemos casos de uma escola que ia paralisar a aula enquanto tivesse a permanência de alunos asiáticos, não só chineses. A Prefeitura agiu de forma contundente e impediu que isso acontecesse.

Então, se o senhor tiver alguma coisa nessa linha, nos informe, porque o Poder Público tem poder de polícia para agir e não acontecer qualquer tipo de ação dessa natureza.

Para finalizar, para abrimos o debate, vou dar um exemplo, nós fizemos um

concurso – aliás, o Vereador tem razão – nós colocamos 71 médicos num concurso no HSPM, estamos colocando mais 30, e temos 15 enfermeiras para colocar. Estamos em negociação para poder fazer isso, porque temos um déficit em enfermagem.

Nós fizemos um concurso de médicos para atenderem a área de urgência e emergência. Duzentos e quinze médicos se inscreveram, sendo 180 selecionados, 52 contratados e assinaram o documento com a Prefeitura, e, um mês depois, temos 30 trabalhando. É um problema, quer queira porque a pessoa recebe uma proposta melhor, porque o profissional não quer trabalhar no Parque Anhanguera, ou em Parelheiros, ou na Vila Zat, ou no Fontalis, ou em Perus. Esse é um drama. O que a gente tem procurado fazer, Vereador Suplicy, é não deixar que isso impacte a assistência.

Nós estivemos com o Ministério Público. Eu fui ao Ministério Público, e ele próprio disse: “evite fazer a contratação individual ou de pessoa jurídica; às vezes, é melhor, mesmo que seja num processo de transição conviver numa unidade com o serviço da direta e com a complementação de serviço de Organização Social”. O próprio Ministério Público nos disse isso. Quem quiser, pode confirmar lá.

Então, nós temos um drama. É um drama poder superar essa dificuldade numa Cidade como a nossa, com as dificuldades de assistência que se tem. O que é preciso – e o BID está nos dando oportunidade para isso – é ter mecanismos de gestão que possam fazer com que o acompanhamento dos indicadores produzidos por uma Organização Social sejam aqueles definidos em contrato. Esse é o grande desafio que a gente tem sob o ponto de vista da gestão. Uma das coisas que tive dificuldade, quando cheguei na Secretaria, é que o que estava no papel não estava na realidade. O que nós estamos fazendo é isso aqui. Chamei OS por OS, mostrei o que estava no papel e o que estava no território. Tanto é que numa primeira renegociação de auditoria que fiz nos contratos de 2015, 2016 e 2017, as OSs devolveram 92 milhões. Não devolveram dinheiro.

O SR. FRANCISCO FREITAS – Mas não voltou para os cofres do Tesouro. Ficou com elas para pagarem o 13º. Não voltou aos cofres do Tesouro.

O SR. EDSON APARECIDO – Não é verdade.

- Falas simultâneas.

O SR. EDSON APARECIDO – Ela voltou de que maneira? Todas as unidades novas, todos os esqueletos que você deixou e o seu governo, e a gente botou para funcionar, e nós tivemos que contratar RH, Vereador, a OS pagou esse RH com esse dinheiro que estava acumulado que ela recebeu a mais.

Fora isso, em dezembro de 2018, as OSs se reuniram comigo e disseram: “precisamos de recurso para pagar o 13º, 250 milhões”. Eu falei: “não vou pagar”. Eles: “mas todas as gestões fizeram isso, a gestão do PT fez isso com a gente. Por que você não vai pagar o 13º?”. “Eu não vou pagar porque vocês têm dinheiro em caixa”. E não paguei, o que vocês sempre pagaram. Duzentos e cinquenta milhões no mês de dezembro de 2018. É só pegar a prestação de contas da Prefeitura, da Secretaria de Saúde.

No início do ano passado, nós fizemos um corte nos contratos de gestão com as OSs de 15%. Eu disse vocês vão cortar, mas isso não vai diminuir um posto de assistência na ponta, corta na área administrativa, faça economia na compra de insumo e medicamento, vamos fazer esse ajuste de contrato. Todos fizeram. Todos fizeram. Quer dizer, o que eu acho em que precisamos evoluir, e o BID vai nos dar isso. O BID vai nos permitir contratar uma ferramenta de gestão, de tecnologia, para que a gente tenha um acompanhamento *online* do registro de receita e despesa das OSs.

Eu comentei, Vereador, que na Secretaria tinha seis pessoas que trabalhavam na área de convênio, hoje têm 38 - e não é suficiente. Estamos tentando ver agora, inclusive, vindo o pessoal da autarquia, a gente está jogando, inclusive, um peso grande de profissionais que vem da autarquia, nós vamos jogar na área de convênios com as OSs para poder acompanhar a execução dos programas e a concretização dos indicadores.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Agora podemos iniciar as manifestações dos inscritos. Peço, por favor, que cada um se manifeste o mais rápido possível, no máximo de três minutos, porque há 30 pessoas para falar. E às 15horas teremos de encerrar, porque se inicia

o plenário. Por isso vamos encurtar o tempo, para dar tempo de todos perguntarem. Acho importante que todos se pronunciem.

Vamos chamar agora o Carlos de Lima Luís, do Conselho Gestor da UPA do Morro Doce, Perus; e em seguida o Fabio Siqueira.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. CARLOS DE LIMA LUÍS - Boa tarde a todos. Sou de Perus/Anhanguera. O que posso falar de importante que foi para região? A UPA Perus foi inaugurada e realmente o Secretário abriu a porta para podermos conversar. Uma parte do conselho foi lá e conversou com ele. Só que é o seguinte, Secretário: naquela reunião foi dito que a SPDM não sairia do território enquanto não terminasse os contratos aí de geral. O que aconteceu é que foi feito esse chamamento e isso gerou um terror no território, perdemos profissionais, estão saindo médicos, estão saindo uma série de pessoas por causa disso. E médicos não querem ir para lá porque falam assim: como é que eu vou para uma SPDM que vai ficar 1, 2 meses e eu vou sair depois? Então isso gerou um pânico geral.

Em relação à UBS Morro Doce. Naquela reunião que tivemos, nós conversamos com a Coordenadoria Norte, foi combinado que nós iríamos ver a parte do prédio, a parte do aluguel, - que o senhor se comprometeu a pagar parte do aluguel e tudo mais. Ficou uma situação que, assim: olha, a SPDM está devendo uma resposta, a Norte está devendo uma resposta. Eu tive que fazer um *e-mail* falando o seguinte: quem que está com a verdade, a SPDM ou a Coordenadoria Norte? Agora é que vai sair um plano de trabalho para ver se vai dar certo, essa situação. Então essa é uma coisa que teria de ser vista urgente.

Em relação à UPA, a população, claro, vai ter de ter um pouco de paciência, porque a UPA é um equipamento bem diferente e as pessoas não estavam acostumados com nada disso lá. E uma coisa que eu quero deixar claro para todo mundo aqui: Perus/Anhanguera era considerada cidade aqui em São Paulo. Quando nós nos separamos de Pirituba e tal, como ficamos? Nós eramos tratados como Cidade, como ninguém. Eu vou falar uma coisa: vocês estão falando coisas, siglas, que lá não existem.

Eu peço para quem puder aqui ver essa questão, faça uma visita lá. Vocês vão ver que a gente não tem PAI, não tem URSI, não tem um monte de coisa, na Anhanguera principalmente. Vou pedir uma coisa: vocês são falando de CER IV, agora é que nós vamos ter um CER, e depois da reforma. Vocês estão falando do CER IV.

Concluindo, precisa ver essas questões e eu peço à Mesa da Comissão que vá lá junto com o Secretário, principalmente na UBS Morro Doce, porque com essa mudança em que virão as novas equipes do Parque Anhanguera, simplesmente será impossível no prédio que está hoje. Não tem nem como colocar prontuário.

Então eu peço à Mesa, para quem for possível – a Juliana Cardoso já foi lá – mas eu peço, até convido o Secretário para ir até lá, por gentileza.

Obrigado a todos. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Agora vai falar o Fabio Siqueira e, em seguida – pode já se preparar -, Sandra Conceição Madori.

O SR. FABIO SIQUEIRA - Boa tarde a todos e todas. Feliz Ano Novo a todos. Esperamos que a população paulistana possa, em 4 de outubro deste ano, votar bem; não votar em certos políticos que causam tanta infelicidade ao povo.

Boa tarde, Sras. e Srs. Vereadores, Secretário, especialmente Conselho aqui presente e a população de 11 milhões de paulistanos, que tanto sofrem na área da Saúde Pública já há bastante tempo.

O orçamento fechado de 2019, até 31 de dezembro, mostra realmente coisas espantosas da péssima gestão de Bruno Covas, também na área da Saúde. Um exemplo disso reside no fato de que no quesito ampliação, reformas, requalificação de hospitais dentro da autarquia de 40 milhões de reais, nada foi liquidado.

Então se coloca 40 milhões de reais para reformar os 14 hospitais, e nada executado durante o ano. Agora querem privatizar os 14? Seis já estão com OSs. Querem mais 14? Agora é o bolo todo, com certeza os Vereadores não vão deixar esse tipo de coisa. Privatizar de novo! Falou se aqui da AMA de lata, que quase coloca em risco paulistano, a

exemplo da tragédia dos meninos do Flamengo, há exato um ano, com dez mortos, é uma herança maldita de José Serra e Gilberto Kassab, os mesmos que colocaram esse horror de OSs na cidade de São Paulo, em 2005. E que inclusive, aqui na Câmara, o povo não pôde nem entrar, na gestão do Sr. Roberto Trípoli, que não deixou o povo entrar. Porque o povo não iria deixar os Vereadores aprovarem a privatização, a “privataria tucana” e “kassabista” na OS de São Paulo.

Isso, hoje, com o Sr. João Doria Junior no Governo do Estado tem tudo a ver. Tem tudo coincidência, porque o João Doria não gosta de funcionário público, ele quer para ontem, mudaram direitos de cem anos dos servidores públicos do Estado de São Paulo. O que aconteceu? Ninguém vai, realmente, ir contra esse tipo de autoritarismo, truculência do Sr. João Doria Junior, que deu 0,06% para a Saúde do Município onde ele mora, sendo o Prefeito e o Vice dele do mesmo partido? Foi 0,06%. E ainda congelou 34 milhões da verba fonte 03 do Estado. Então realmente é uma coisa para a gente pensar muito bem em quem vamos votar daqui para frente.

No quesito servidor público, a situação é muito séria. Também não foram executadas, verba do CER, nada executado. Verba da URSI – atenção segmento de idosos -, também nada executado. Setecentos mil reais, nada executado. UPA, executaram oito milhões de 34 milhões.

E por fim, para encerrar, queria saber, Secretário, quantas pessoas morreram de dengue no ano passado? O senhor não esclareceu, um dado de utilidade pública. Por que a diretriz, combate ao tabagismo, que está no plano de metas não está em sua apresentação? Um outro problema sério.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Encerrou o tempo.

O SR. FABIO SIQUEIRA – E para encerrar: por que está caindo a verba? Por que cinco bilhões para as OSs? Continuaram fazendo a farra com o nosso dinheiro, e sem nenhum controle social.

Tem antiga OS em Perus...

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Fabio, já encerrou o seu tempo.

O SR. FABIO SIQUEIRA – Foi denunciada em Brasília. O dono foi preso! Em Itapetininga. Então Perus sofre há bastante tempo com essa infelicidade criada por Serra e Kassab. (Palmas) Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Agora tem a palavra a Sra. Sandra Conceição Madori.

A SRA. SANDRA CONCEIÇÃO MADORI – Boa tarde a todos.

Eu estou aqui representando os moradores do Glicério, onde estão construindo um SIAT III, que nada mais é que o projeto *Redenção*, em que eles estão tirando da cracolândia e mandando para vários bairros. Sabemos que a Porto Seguro está comprando os imóveis da cracolândia. Tiraram a única praça do bairro. Nós ficamos sem praça. Tem a UBS lá. O número de processo é para reforma da UBS. No entanto, estão construindo um projeto *Redenção* no Glicério. Não consultaram a população. Estivemos segunda-feira com o Secretário de Governo, que simplesmente nos respondeu: “Vocês querem ou não querem, vai ser construído. Eu posso, quando muito, dar um certo presentinho para vocês, que vocês estão precisando no bairro”. As palavras não foram essas, mas é mais ou menos isso. Nós não temos creche, nós não temos escola. As ruas estão todas esburacadas. Estão no dando um projeto *Redenção*. Não somos contra tratar pessoas viciadas...

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. SANDRA CONCEIÇÃO MADORI – A senhora pode me dar licença?
Obrigada.

Não somos contra o tratamento, somos contra a imposição. Nós não queremos. Tiraram a nossa praça. Segundo o Secretário de Governo, nós teremos 40% de um espaço embaixo do viaduto para nós trazeremos nossas crianças. Só que você está tratando viciado de um lado. Como você vai pôr criança do outro? Não existe.

Eu peço àqueles que vão visitar o nosso bairro e vão ver se a gente precisa disso. Precisa, sim. Reformar a UBS Sé. Lá já tem AMA, lá já tem CAPS e tem a UBS. Tem o Várzea

do Carmo, atrás. Então nós não precisamos desse posto do *Redenção*, do CEAT 3. Precisamos de escola, precisamos de creche, precisamos de limpeza. Por ser um bairro do centro, nós não temos os serviços básicos. A coleta de lixo não existe, é ínfima. Puseram uns contêineres que vive lixo para tudo quanto é canto. Somos contra a construção do CEAT 3. Poderia ter educação, que ficava melhor.

Então é isso: nós não queremos o CEAT 3 no Glicério, nós queremos a nossa praça.

Eu não posso mostrar porque o tempo não dá, nós temos o projeto de revitalização da praça...

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Para concluir, por favor, Sandra.

A SRA. SANDRA CONCEIÇÃO MADORI – Sim, senhora.

Nós temos o projeto de revitalização. Quem quiser ver, eu posso mostrar. Então é esse o meu protesto. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Antônio Fernando agora, e, já na espera, Terezinha de Castro.

O SR. ANTONIO FERNANDO – Em primeiro lugar, agradeço a presença e a oportunidade de estar aqui e expressar o desmando e o descaso à atenção básica na região de São Mateus. E tenho provas e documentos.

Eu vou citar a UBS Tietê 2. Nós somos de luta de toda a região. Inclusive, da UBS Tietê 2. Não tem médico, as crianças estão nascendo com problemas de saúde porque não tem ginecologista para acompanhar essas crianças. Isso é seriíssimo. Isso já passou para a supervisão. Todo mundo sabe.

A saúde mental está um colapso. Toda a Secretaria de Governo, a saúde mental das crianças na região de São Mateus, está um colapso, uma vergonha. As mães iriam vir hoje. Toda a Secretaria de Governo já sabe.

Pedimos reunião na Coordenadoria Leste com a Marisa. Essa reunião ficou para o dia 27. Não sabe nem se vai acontecer. Nem se vai acontecer, que eu não acredito que

aconteça. As mães estão jogadas às moscas.

Hoje mesmo eu recebi um convite de duas mães para participar de uma manifestação na UBS Roseli em Iguatemi. Lá está sem médico. É uma OS que está administrando. Está sem médico lá. Marca para as mães. E o dia que vai não tem médico. Está jogado às moscas e às baratas a atenção básica na região de São Mateus. E já conversamos com a supervisão, secretarias, todo mundo já sabe.

E vamos registrar também a construção da UBS Parque das Flores e da UBS Conquista 2. Eu vou deixar registrado aqui. E das duas UPAs na região de São Mateus. É para deixar registrado isso.

Tem criança na região de São Mateus nascendo com defeito. Tem documentos para comprovar isso.

O que acontece: o CAPs de São Mateus tem criança sem atendimento, está pesquisando armamento na internet, suicídio. As mães já falaram com a supervisão, já falaram com todo mundo.

Eu quero que todos os Vereadores que estão nesta mesa prestem atenção ao que está acontecendo em São Mateus.

Eu já pedi uma reunião com a Dra. Cláudia, que pediu reunião com a Marisa da Saúde Mental da Leste. Não deram muita atenção, que está do mesmo jeito, continua. E isso é muito sério. É atenção básica e atenção das crianças.

Estão nascendo com crianças com problemas por falta de acompanhamento com o ginecologista.

Gente, já reivindicamos ginecologista para a unidade. Até hoje, deram as costas para a situação. Está o documento aqui protocolado na Secretaria. Está jogado às moscas. E tenho provas também.

Agradeço a oportunidade. (Palmas)

A SRA. TERESINHA DE CASTRO – Boa tarde a todos.

Eu acho que todo mundo está muito nervoso, e não é de hoje.

Eu estou nessa luta há 40 anos, no mínimo. E o que eu vejo é com muita tristeza. Eu me afastei por dez anos, volto e vejo que tudo está exatamente igual.

Quando lutamos para construir o Hospital do Ermelino, nós gastamos 14 anos; passamos por várias gestões. E eu não sei se é impressão minha, ou se vocês podem confirmar isso, mas eu me sinto um pouco subestimada, como se não tivéssemos a capacidade de pensar e de perceber as coisas. É como se fôssemos a gentinha que eles falam, prometem e “desprometem”. Quantos de vocês vão nos recursos de saúde municipal, estadual? Quantos de vocês, os filhos frequentam a escola? Quantos?

A minha mãe começou a luta pelo Hospital de Ermelino Matarazzo. A Dona Tereza Bugolin. Ela iniciou essa luta porque não tínhamos recursos, e, como movimento, nos mobilizamos em zona Leste. E depois, especificamente, para o Hospital de Ermelino. E ela morreu no corredor, numa cama do Hospital Ermelino Matarazzo. Ela hoje deve estar muito triste onde ela está, porque a única alegria era que nós déssemos continuidade. A luta da saúde não pode parar porque ninguém pensa em nós. Se não somos nós para ir atrás, correr, brigar, isso não vai acontecer. (Palmas) A não ser que os políticos todos desse país comecem a frequentar todas as unidades de saúde, escolas públicas, a segurança. Segurança? Que segurança? Segurança é só para os ricos. Saúde é só para os ricos.

Eu me sinto subestimada. É tanto dinheiro que se arrecada nesse país. Aqui se colocou o que se gastou. Eu queria saber quantas pessoas deixaram de ser atendidas. Eu queria saber quantas tinham para ser atendidas, porque tem um monge de gente que não consegue marcar exame, não consegue marcar cirurgia. Os idosos, então. Tem uma aluna minha do Mobral que falou assim para o Dr. José da Silva Guedes: “Seu doutor, eu, além de negra, velha e pobre, não tenho onde morrer. Nem onde morrer eu tenho. O que o senhor vai fazer”. Aí aquela coisa: “nós vamos fazer”. Quatorze anos! Quatorze anos e nenhum dia mais. Eu subi no palanque, na carroceria de um carro, grávida da minha filha, de oito meses.

Eu quero encerrar falando assim: que a gente tem que fazer algo para todas as idades, independentemente. Nesse país há uma necessidade geral – crianças, adolescentes,

tal. Mas, no final da vida, gente, você tem que ir num lugar, se deslocar para fazer uma fisioterapia, para fazer um trabalho...

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Para concluir, por favor.

A SRA. TERESINHA DE CASTRO – Passou a hora de se cumprir o que se promete, porque aqui, se escreveu, não leu, o pau comeu. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Vamos chamar a Elizabeth da Costa Silva Borges.

A SRA. ELIZABETH DA COSTA SILVA BORGES – Boa tarde a todos.

Primeiramente, gosto de falar uma palavra: gratidão. Gratidão pela oportunidade de ocuparmos esse espaço aqui. Gratidão a vocês todos. Principalmente, aos políticos que estão comprometidos nessa caminhada.

Eu sou da zona Leste, estou representando vários moradores da Cidade A. Carvalho, Jardim Coimbra, São Nicolau, Jardim Nordeste e Artur Alvim, que é uma população grande.

Estamos reivindicando um CER IV, um Centro de Especialidade e de Reabilitação para atender pacientes portadores de problemas físicos, auditivos, visuais e intelectuais na nossa zona Leste. E um detalhe importante, Dr. Edson: somos da zona Leste. Só que a coordenação está na Sudeste. Temos uma supervisão técnica da Penha. Estamos ligados ao Distrito de Artur Alvim.

Desde 2014, temos um terreno público. Terreno esse que a população cuida. A gente até transformou num CDC. Sou até uma das representantes, para não ter invasão novamente. É um terreno público de cinco mil metros para transformar em equipamentos públicos.

A gente já tinha feito, em 2013, um abaixo-assinado. Esse é o segundo abaixo-assinado. Já tem até o presente momento mais de duas mil assinaturas. E um detalhe importante: foi aprovado na 20ª conferência municipal novamente.

Eu falo três palavras: respeito, dignidade, reconhecimento, principalmente, em

respeito às conferências, porque aqui também tem um representante que é do Distrito de Artur Alvim, o Flávio, aqui na área da Saúde. Eu estou falando pelos moradores, estou falando pela região do Distrito Artur Alvim. Um CER IV. Não estou desmerecendo que não precise ter um CER4 lá no Menino Jesus, em Ermelino Matarazzo, só que tem um detalhe: nós somos moradores da zona Leste, só que a gente não pode ir até o CER IV, que tem todos os indicadores que são encaminhados. Embora, a gente esteja na zona Leste, a gente pertence à região da Sudeste. Gente, tem que ter esse olhar, pelo amor de Deus.

Fazemos o seguinte convite para o senhor: a gente está tentando...

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Para concluir, por favor.

A SRA. ELIZABETH DA COSTA SILVA BORGES – A gente está tentando arranjar uma audiência, ir à Secretaria, uma comissão, para ver quando vai ser construído. Porque, na gestão de 2003, o Dr. Nilton tinha feito todos os dados da importância de ter esse CER. A supervisão técnica da Penha também deu relatório. Então nós não estamos inventando uma reivindicação, estamos mostrando indicadores que vieram da sub da Penha.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Para concluir, por favor.

A SRA. ELIZABETH DA COSTA SILVA BORGES – Em 2003, iria ser construído, e não foi por questões políticas. Agora eu pergunto ao senhor: o CER IV, que já temos o terreno próprio, a avaliação do pessoal técnico, da área de acessibilidade, que vai atender todas as faixas de idade, o senhor estará dando primeiramente para Ermelino Matarazzo, que não passou na Conferência Municipal de Saúde? Eu acho isso uma falta de respeito. Então para que tem a Conferência Municipal de Saúde? Era para ter um CER, que a população da Penha é uma população idosa. É lamentável a gente ter que estar passando por tudo isso. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Tem a palavra o Sr. Clarivaldo Monteiro.

O SR. CLARISVALDO MONTEIRO – Boa tarde, pessoal.

Já, já, Secretário, vai chegar uma ata para você acompanhar melhor o que eu vou falar aqui.

Agradeço muito ao Secretário, porque essa parte que o Natalini falou, que ele abriu

para a comunidade, isso é verdade. Eu sou prova viva que a gente levou. Nós somos lá da região periférica do Município de São Paulo – Perus-Anhanguera; principalmente, do Distrito Anhanguera. E na realidade nós sentimos essa falta de comunicação. E ele abriu a porta para a gente. Só que o contraponto da coisa, Secretário, é que abriu a porta, só que... É o seguinte: o nosso problema lá é... Eu sou conselheiro e vejo isso de perto: o que de fato tem de errado na situação da saúde é a fiscalização. Não importa se é... até no momento, eu vejo assim: que tanto faz OS como a direta, o que de fato falta é a fiscalização. Se essa fiscalização não existir, acontece isso aí: OS levar milhões e milhões, não se preocupar em prestar conta do serviço. O povo morre à míngua, e ela recebendo o dinheiro. E a Secretaria que, de fato, deveria fiscalizar para ver se ela está fazendo esse serviço não fiscaliza. (Palmas) Isso, quem paga, somos nós, que somos da ponta. O povo morrendo, à míngua.

Veja a situação, lá, que a gente vai discutir amanhã sobre os acamados.

Eu pedi a lista dos acamados nas unidades do Distrito Anhanguera, mas não tem esta lista. O pessoal fala: “Ô Clarivaldo, acabou de ligar lá da UBS perguntando sobre a minha filha.” Quer dizer que depois que eu pedi eles ligaram. Não tem nem uma política, não existe nada. É ao léu.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Conclua, por favor.

O SR. CLARISVALDO MONTEIRO – Outra questão que a gente vai levantar amanhã é sobre a procura dos haitianos nas unidades de saúde. Desde já convido todos vocês, a Mesa, se for possível, o Freitas, para estar tecendo a política nesses dois segmentos.

É só isso. Obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Agora tem a palavra o Sr. Sidnei dos Santos.

O SR. SIDNEI DOS SANTOS - Boa tarde a todos.

Me chamo Sidnei ou Sidão. Quero fazer uma pergunta ao Secretário. Foi conversado com ele a respeito - Secretário, por favor, estou falando com o senhor, se puder dar atenção, aqui.

Foi falado da UPA, do Distrito Anhanguera, aqui a gente viu e não foi nem

comentado que iriam começar as obras. Também a reforma do AMA que, quando chove, enche de água. Aquilo pode levar bactérias para as pessoas que vão ser atendidas. Lá não é hospital, mas é praticamente um pré-atendimento. A gente está precisando dessa atenção.

Da UPA Morro Doce, que é da rampa assassina, muitas pessoas já caíram lá. Foi comentado que ele ia dar 50% e a gente iria correr atrás dos Vereadores. O Clarivaldo, o Jackson, (Ininteligível) fizeram ofício e levaram a todos os Vereadores. Agora queremos a atenção dos Vereadores, para que possam dar a metade, 50%, para mudar para o novo imóvel. Beleza?

Nós estamos sendo mal representados no que se refere à coordenadora e supervisora. Porque quando a gente faz alguma pergunta para a supervisora ela não sabe responder nada. Será que a coordenadora não está passando as informações adequadas para ela? A gente tem de ter auxílio. (Palmas)

Sr. Secretário Edson Aparecido, o senhor deve tomar uma posição dessas, porque ela passou vergonha aqui, pela Vereadora Juliana, fazendo várias perguntas, nunca ela sabe responder para a gente. Isso é uma vergonha. A gente precisa do auxílio.

Distrito Anhanguera, Morro Doce, vai ser representado. Vamos cobrar e questionar. Quero que todo mundo venha cobrar a saúde. É um direito nosso. Nós pagamos nossos impostos, temos o direito de sermos bem atendidos nas UPAs, UBSs, hospitais. Morro Doce, Distrito Anhanguera não têm hospital, tem só UPA, fechou um que era quase hospital, a gente precisa. Vamos nos unir, galera. Vamos chegar junto e cobrar. É um direito.

Vereador para trabalhar para nós, o Secretário e também o Prefeito.

É isso. Obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Agora tem a palavra a Sra. Lourdes Estevão de Araújo.

A SRA. LOURDES ESTEVÃO DE ARAÚJO - Boa tarde a todos e a todas, boa tarde à Mesa.

Eu gostaria de começar falando que nós não somos Vereadores, viu Natalini e

Suplicy. Nós somos do outro lado, portanto nós não temos o mesmo privilégio que vocês têm de serem ouvidos. Porque nós não somos ouvidos.

Estou falando isso com muita propriedade. (Palmas) Com muita certeza. Nós estamos simplesmente desapontados. É horrível o que está acontecendo. Não nos ouvem.

Não nos ouvem na mesa de negociação; tem uma mesa, mas não nos escutam. Não nos ouvem. Não nos ouvem no Conselho Municipal. Não tem essa história de ideologia. Que conversa é essa agora? Isso é conversa de Bolsonaro. Eu não vou atender porque é ideológico. Não existe isso.

- Manifestação do público.

A SRA. LOURDES ESTEVÃO DE ARAÚJO - Nós somos população. Nós não somos vereadores, não interessa. Nós somos gente. Queremos e precisamos ser ouvidos.

Quero começar dizendo o seguinte em relação à prestação de contas, 47%, mais, 50%, são os gastos com as OSs.

O Ivan Cárceres e o Fabio estiveram na zona Sul, numa reunião que fizemos com a representação de todo o movimento dos conselhos de unidade, na área hospitalar na atenção básica com a UPA. É importante escutar esse dado que quem deu foi a própria UPA, foi a gestora da UPA. Depois que a coordenadora fez uma linda fala, bem bonita mesmo...

- Manifestação do público.

A SRA. LOURDES ESTEVÃO DE ARAÚJO - Exatamente.

Aí a gestora da UPA veio reclamar e disse o seguinte: 70% do atendimento da UPA Campo Limpo é verde, é exatamente o paciente que deveria ser atendido na atenção básica. Não é atendido na atenção básica, então vai para a UPA, para os prontos socorros. Isso significa que esses 50% que são gastos com as organizações sociais...

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Conclua, por favor.

A SRA. LOURDES ESTEVÃO DE ARAÚJO - ...não dão reposta com a atenção básica. (Palmas) Nós estamos passando um resto de atenção básica para novas organizações sociais que não dão conta.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Conclua, por favor.

A SRA. LOURDES ESTEVÃO DE ARAÚJO - Não é verdade o relatório que eles apresentam para o Governo, não é verdade. Não tem fiscalização. Então nós temos de ter muito claro isso.

Só para terminar, quero fazer ainda uma cobrança que nós não conseguimos um espaço onde possamos dizer que os hospitais estão acabados, sucateados. O Governo, como presente para o povo e também para os trabalhadores, retirou, do valor das horas extras que estão sustentando os hospitais, ele tirou o vale transporte, como se o trabalhador que fizesse plantão de 12 horas não precisasse de transporte, também tirou a alimentação desse valor. Nós não temos trabalhadores que assistam a necessidade dos nossos pacientes que estão morrendo dentro dos hospitais. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Conclua, por favor.

A SRA. LOURDES ESTEVÃO DE ARAÚJO - Nós não queremos, não acreditamos na organização social dentro dos hospitais, porque os hospitais estaduais, que são as organizações sociais, mandam os pacientes para os hospitais municipais. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Com a palavra o Sr. Adílson. Em seguida a Sra. Telma Maria Silva dos Santos.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ADÍLSON - Boa tarde, senhoras, senhores, parlamentares, executivo e munícipes presentes nesta audiência pública.

Sou Adílson, do Movimento Nacional da Luta Antimanicomial e do Fórum Popular de Saúde Mental da zona Leste.

Vim para perguntar para o Secretário de Saúde Dr. Edson Aparecido sobre a reforma da enfermaria psiquiátrica do Hospital Waldomiro de Paula. A gente já levou o pedido e o orçamento na audiência pública de LOA e foi garantido que seria reformado. Porque faltava RH e estava com a infraestrutura deteriorada. Quero saber se já começou a reforma, se tem prazo, se entrou orçamento para isso.

Também não foi respondido sobre a morte do rapaz dentro da enfermaria psiquiátrica do usuário, no Hospital Tide Setúbal. O que a Secretaria tem a dizer sobre esse assassinato do usuário de álcool e drogas dentro da enfermaria psiquiátrica do Hospital Tide Setúbal. A Vereadora Juliana Cardoso perguntou, não foi respondido.

E a gente como movimento popular com o usuário, queremos saber o que a Secretaria tem a fazer sobre isso. Se vai fazer reforma, se vai dividir por ala masculina e feminina. Não pode colocar as mulheres junto com os homens. Usuários de saúde mental dos CAPS Adulto junto com os CAPS AD mistura tudo.

Outra coisa, senti na fala do diretor, certo preconceito com relação ao usuário de álcool e droga usando os leitos de hospital geral da saúde mental. Se a política de álcool e outras drogas está dentro da atenção psicossocial, todos os usuários têm direito aos leitos em hospital geral, (Palmas) independentemente que ele seja da política de álcool e droga ou da política da saúde mental geral.

Senti agora, também, na fala da implantação dos SIATs III, no Glicério, o preconceito com relação ao viciado. Não é viciado, é termo pejorativo que é sempre usado sobre.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Conclua, por favor.

O SR. ADÍLSON - Eu acho que o Comuda - Conselho Municipal de Política sobre Drogas, as entidades lá representadas também têm de trabalhar essa questão do preconceito com os usuários da saúde mental como um todo e da política de álcool e outras drogas. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Tem a palavra a Sra. Telma Maria Silva dos Santos, em seguida o Edvan de Souza Bispo Barbosa.

A SRA. TELMA MARIA SILVA DOS SANTOS - Boa tarde a todos e a todas, Mesa, Vereadora que está coordenando a comissão.

Gostaria de falar, Secretário, que mais uma vez é desrespeitado o controle social do Município de São Paulo, quando se traz uma prestação de contas em um dia para o

Conselho Municipal de Saúde e no outro dia passar aqui na Câmara.

Mas nós, como conselheiros e conselheiras, eu como segmento do trabalhador, estou na cadeira do SindiSaude, finalizando o meu mandato, aposentada da saúde, a gente sabe o que estamos falando aqui.

Em primeiro lugar, uma das autarquias é o Hospital de Itaquera. Há muitos anos esse hospital foi construído em cima de um córrego, agora ele está cedendo. Pergunto quando iniciará essa reforma? Já perguntamos várias vezes, inclusive, o Conselho Gestor já sentou com o diretor que não tinha nada para dizer, porque estava dependendo do Secretário. Como hoje nós estamos na prestação de contas, estou lhe fazendo essa pergunta e quero uma resposta clara.

Outra questão são as unidades de lata. Uma delas é o Parque Paulistano, em São Miguel Paulista, onde eu moro. Completou em janeiro 10 anos da construção de lata do PSDB. Aí nós perguntamos para o Wagner, que agora saiu como gestor da Cidade Tiradentes, agora ele está em São Miguel Paulista, pensou que lá as coisas seriam mais amenas para ele. Mas para ele é ferro também. Nós perguntamos para ele se iria reformar ou não, vamos esperar o que aconteceu no Elisa Maria? Queria saber do senhor. Disse que não tem verba em 2020 nem em 2021 para fazer a reforma, saímos de dentro da lata para um espaço decente onde nós queremos. Nem a questão também que está no BIRD, porque não está.

Além de Itaquera, o senhor falou que sobre o Tide Setúbal os trabalhadores e trabalhadoras que estavam no AMA foram absorvidos. Só que o Dr. Carlos, diretor do hospital, falou assim para nós - eu o companheiro Fernando que está ali, a Firmina e a Rose - que somos do Conselho Gestor: "Olha, eu consegui absorver alguns, só os médicos."

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Encerrados os três minutos, conclua, por favor.

A SRA. TELMA MARIA SILVA DOS SANTOS - Já concluo.

Ele teria até o final de janeiro - que já passou - ter de mandar 114 médicos embora. Então quando o senhor fala que absorveu as unidades, absorveu os médicos, então está

havendo uma incoerência.

Eu quero saber como é que esses trabalhadores serão pagos, se foram absorvidos.

Quais são os outros que foram absorvidos.

Só para finalizar, as UPAs estão sendo inauguradas meia boca, não têm espaço para o controle gestor se reunir. (Palmas) Gostaria que o senhor visse isso.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Tem a palavra a última pessoa, porque vamos encerrar às 15hs e o Secretário... Vai enviar as repostas, Secretário?

- Manifestação do público.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Secretário...? Por favor.

- Manifestação do público.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – É que 15hs encerra.

Nós começamos, inclusive, ao meio dia, 1 hora mais cedo, porque às 15hs tem de encerrar. Temos o Plenário. Está aqui, olha.

- Manifestação do público.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Mas veja, 15hs encerra, porque o Plenário começa às 15hs. Eu falei isso desde o início.

- Manifestação do público.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Eu falei desde o início.

(NÃO IDENTIFICADA) – Já passou o tempo de alguém falar, já passou. Toma o tempo da Mesa, depois, na hora de nós falarmos, é isso que acontece. Essa Vereadora é assim, ela não dá tempo.

- Manifestação do público.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Vamos ouvir quem está na tribuna, por favor, gente. Vamos ouvir quem está na tribuna.

- Manifestação do público.

(NÃO IDENTIFICADO) – Companheiros...

- Manifestação do público.

(NÃO IDENTIFICADA) – Pessoal, pessoal. Vamos pensar juntos, a Mesa teve o tempo que teve, bem maior do que nós para nós nos pronunciarmos, para todo mundo poder falar, nem que seja por três minutos.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Acabou a reunião, gente. Encerrou a reunião. Inclusive o Secretário vai enviar as respostas por *e-mail*, porque já encerrou.

- Manifestações no recinto.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Já encerrou. Já encerrou. Se ela tiver a palavra... Pode falar, mas às 15 horas preciso encerrar.

- Manifestações no recinto.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Fala comigo, que eu falo com ele.

- Manifestações no recinto.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Mas todos falaram rápido.

- Manifestações no recinto.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Encerrou a sessão. Tá bom, gente?

- Manifestações no recinto.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Você quer falar 5 minutos?

- Manifestações no recinto.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Você quer falar 5 minutos?

- Manifestações no recinto.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Continue falando, por favor, você. Tem a palavra.

A SRA. SELMA – Alguém vai ouvir?

- Manifestações no recinto.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Gente, vamos ouvir a Selma falar. Por favor.

- A Sra. Presidente faz soar a campainha.

A SRA. SELMA – Por favor, eu gostaria de fazer a minha colocação.

- Manifestações no recinto.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Gente... Dois minutos para você falar, e depois 1 minuto para a Maria.

- Manifestações no recinto.

O SR. FRANCISCO FREITAS – Pessoal, a gente pede, aqui, ao controle social... Divina,... Divina,... Divina,... A gente pede, aqui, para o controle social,... Aos companheiros e às companheiras, peço só que se sentem para chegarmos a um entendimento. Pessoal, por gentileza, questão de entendimento. Quanto mais tempo a gente perder, mais as pessoas vão deixar de se manifestar, e o Secretário não vai poder responder, porque às 15 horas, está no Regimento da Câmara Municipal, eles têm que descer para o plenário. Então, não tem jeito. Então, a gente pede que as companheiras falem para o Secretário poder responder. Obrigado, Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Com a palavra, a Sra. Selma.

(NÃO IDENTIFICADA) – Me deixa acabar de falar. Eu não falei, por favor!

- Manifestações no recinto.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Obrigada, Francisco. Obrigada, Francisco.

A SRA. SELMA – Sou moradora da região de Sapopemba e serei bastante prática, bastante objetiva. A minha pergunta para o Secretário...

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Fale mais perto do microfone, Selma, por favor. Mais perto.

A SRA. SELMA – Minha pergunta para o Secretário é a seguinte: numa reunião que ocorreu no segundo semestre do ano passado, o Secretário se comprometeu a dar início à construção da...

- Manifestações no recinto.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Gente, faltam 2 minutos para encerrar. Se vocês continuarem conversando, a Selma não vai concluir o pronunciamento dela.

A SRA. SELMA – Numa reunião que aconteceu no segundo semestre do ano

passado, o Secretário se comprometeu a dar início às obras da construção da UPA Sapopemba no início deste ano. Meu questionamento é: já tem data prevista? Em que mês essas obras irão ser iniciadas? A população está cobrando, e nós aguardamos resposta. Essa é a minha pergunta. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Agora falará a Maria Aparecida, por dois minutos.

A SRA. MARIA APARECIDA – Obrigada. Boa tarde a todos. Quero perguntar para o Secretário o seguinte. Eu não fiquei sabendo através do Conselho Gestor, porque eles não informam a gente, não dão as datas, não falam a hora em que vai Secretário nem que vai Prefeito. Da outra vez que inaugurou um banco de sangue - que só mudou de um local para outro - dentro do Hospital São Luiz Gonzaga, a Rute Costa foi, assim como o Secretário e o Prefeito, e não deixaram nós Conselheiros entrarmos na inauguração. Até uma senhora que estava lá disse: “Liga, não, filha, eles vão voltar aqui para pedir o nosso voto”.

Amanhã irá ser inaugurada a UPA Jaçanã, e, como já foi dito aqui, à meia boca. Quem é esse pessoal que vai trabalhar lá? Quem são os recursos humanos?

Outra coisa. Pensei que a UPA fosse para somar ao Hospital São Luiz Gonzaga. Não! O Hospital São Luiz Gonzaga vai ser porta fechada, vai ser retaguarda da UPA. Agora, me digam: como, num hospital que não tem UTI? Eu descobri isso em 2017, com a internação do Sr. Anselmo, nosso conselheiro municipal, que pegou infecção hospitalar nesse hospital e morreu! Foi para outro hospital, mas morreu! Então, quero saber: quem é que vai trabalhar? Qual o recurso humano que irá trabalhar nessa UPA? Os profissionais do São Luiz estão superpreocupados, pois não sabem o que vai acontecer com eles. Vai sobrecarregar, porque se vai ser sobrecarga da UPA, vai sobrecarregar, não é, minha gente?

Essa gestão faz as coisas de modo escondido, calado; não quer o povo junto, não quer o povo participando. (Palmas) Gente, esse é o Estado mínimo! E para quem? Para nós! Nada para nós e tudo para eles! Aplicam o dinheiro nas instituições financeiras, é isso que está acontecendo.

Foi proposta, nas Conferências Municipal, Estadual e Nacional, a revogação da Emenda Constitucional 95. Se não se revogar essa emenda, não vai adiantar! Só se ouve falar em verba de parlamentar para isso, verba de parlamentar para aquilo, verba parlamentar para não sei o quê; e cadê a nossa verba? Para onde está indo nosso dinheiro? Está indo tudo para as instituições privadas, OSs. (Palmas) A IABAS não está dando conta, já foi processada no Rio e aqui em São Paulo está fazendo a mesma coisa. A UBS que eu frequento não tem nem o pote para coletar urina 24 horas! Fui aconselhada a comprar uma garrafa de água! Raio-x da Odontologia? Me mandaram fazer no particular, na Avenida Mazzei. Sabem de quanto em quanto tempo se é atendido em uma consulta de odontologia? Uma vez por mês, mês e meio, dois meses!

Então, tudo isso aqui é uma mentira! Tudo isso é propaganda e marketing para eleição, porque não tem nada a ver com a gente! Eles não estão nem aí para nós. É como eu falei: vai ter vários planos populares de saúde, um cordão de miseráveis será atendido pelo SUS; e nem as organizações filantrópicas iremos ter mais! É isso! (Palmas)

- Manifestações no recinto.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Não há mais tempo. É regimental: às 15 horas, temos que descer. Você falou outras vezes, querido; você falou várias vezes. A lista está grande, ela quer falar, ela quer falar, ela quer falar. Então, vejamos: o Secretário vai responder via *email* todas as questões, porque todos quiseram perguntar até o número. Eu avisei desde o início, está bom, gente? Secretário, eu gostaria de lhe passar as palavras para as considerações finais.

- Manifestações no recinto.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Mas você está acostumada, você sabe como é que funciona.

- Manifestações no recinto.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Mas vocês sabem que não tem mais tempo, você sabe disso, é regimental! Começamos meio-dia.

- Manifestações no recinto.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Eu gostaria de ouvir o pronunciamento final do Sr. Secretário, por favor. (Pausa) Às 15 horas encerraremos, Secretário. Eu gostaria de agradecer a sua presença.

- Manifestações no recinto.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Gostaria muito que você falasse e que outros falassem. É que encerra às 15 horas. Você vem sempre aqui, você sabe como funciona.

- Manifestações no recinto.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Você é atuante. (Pausa) Então fale por 1 minuto. Até 15 horas.

- Palmas no recinto.

A SRA. JOYCE NEIA DA COSTA – Aqui tem que ser no grito. Não é a primeira vez que isso acontece comigo. Inclusive quando eu estava na Mesa foi-me cortada a palavra sendo que eu tinha direito de falar. Sou do Conselho Gestor da UBS Dr. José de Barros Magaldi. Muitos aqui – a Miriam e muitos outros – já me conhecem.

Na minha concepção, hoje houve uma falha em relação às inscrições. Chegamos aqui muito antes, começaram a fazer as inscrições - pois já havia começado a explanação do Sr. Secretário -, e eu perdi alguns assuntos do início. Mas tenho uma pergunta ao Sr. Secretário.

Na parte de transferência de fundo a fundo e voluntários, na última linha estava escrito: “outros convênios, 1,5 milhão de reais; 0,06%”. Quero saber o que são esses “outros”. Quero saber para onde foi esse dinheiro.

Outra coisa. Ele falou que, em 2019, nove milhões de pessoas passaram uma vez pelo SUS; nove milhões no quê, se faltam profissionais? Eu gostaria de saber se o senhor computou vacinação, por exemplo, pois nós tivemos um número exorbitante de vacinação em nossa UBS.

Outra coisa. Acho vergonhoso apresentar, neste PowerPoint, a respeito de Outubro

Rosa sendo que não teve Outubro Rosa. Não havia espéculo nas unidades de saúde. Foi feito mutirão de prevenção de câncer de colo de útero, e várias UBS do Butantã, da zona Oeste ficaram o dia inteiro com os funcionários de plantão e não fizeram um Papanicolau sequer, pois não havia espéculo. Vim aqui, fiz a denúncia, que foi publicada em jornal, e aí vocês vêm colocar que gastaram milhões com o Outubro Rosa? Minha pergunta é: quando é que vocês vão fazer uma campanha efetiva de prevenção de câncer de colo de útero? Essa é a pergunta que quero ver respondida.

Outra coisa. No dia 29 de maio, entreguei em suas mãos, Sr. Edson Aparecido dos Santos, esse documento, nesse mesmo lugar, questionando e denunciando a situação da UBS Dr. José de Barros Magaldi - a cujo Conselho Gestor pertença -, falando a respeito da falta de médicos e de profissionais. Em 19 de dezembro, fui chamada para assinar a resolução da situação na minha UBS, resolução essa que não houve. Sabem por quê? Porque durante a Administração Direta, nada do que eu pedi aqui foi resolvido. Aí, no dia 20 de dezembro, foi assinado o contrato com a OS ASF, que entrou a partir de 30 de janeiro. Agora, pasmem: chegou lá um gerente, uma enfermeira, um farmacêutico, que trouxeram dois clínicos e dois psiquiatras. Nós não precisamos de mais dois psiquiatras.

- Manifestações no recinto.

A SRA. JOYCE NEIA DA COSTA – Esperem, tem mais. Esse gerente trouxe ainda seis AGPPs, sendo que só precisamos de 3. Então, é nisso que o dinheiro da OS está indo para o ralo. Quero saber quando é que vai ser composto o quadro da UBS compatível com a real necessidade do território. Muito obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Cumprindo o tempo regimental, está encerrada a presente reunião.